



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 47^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**10/12/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/12/2015.

47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RRE 9/2015 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	9

2ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 74/2015 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	37
2	MSF 80/2015 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO PETECÃO	77

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Jorge Viana(PT)
Lindbergh Farias(PT)
Gleisi Hoffmann(PT)
Lasier Martins(PDT)
Cristovam Buarque(PDT)
Ana Amélia(PP)

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)

AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)
RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)
PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)
RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)
DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)
RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)

SUPLENTES

CE (61) 3303-6390 /6391
RR (61) 3303-6315
MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
PE (61) 3303-6285 / 6286
AL (61) 3303-6148 / 6151

Maioria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Romero Jucá(PMDB)
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)

MA (061) 3303-6352 / 6349
PB (61) 3303.6747
SP (61) 3303-6510
RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Serra(PSDB)
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)

GO (61) 3303-6439 e 6440
PA (61) 3303-2342
SP (61) 3303-6651 e 6655
MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)
Vanessa Grazzotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)

AP (61) 3303- 9011/3303-9014
BA (61) 3303-6408

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)

Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303- 4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)

RJ (61) 3303- 5225/5730
MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazzotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35. 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 10 de dezembro de 2015
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
47ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Sabatina
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retirada de pauta da MSF 79/2015.

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2015

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Observações:

1- Em 13/08/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 28ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato.

2- Em 27/08/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 30ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

3- Em 17/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 33ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2015-CRE, para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Compareceu à audiência os Senhores Renato Galvão Flôres Junior, Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV; e Sami Hassuani, Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial e Presidente da Associação Brasileiras das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE.

4- Em 21/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizado o 1º Ciclo de Debates, sede da FIESP na cidade de São Paulo-SP, em atendimento ao Requerimento nº 62, de 2015-CRE, sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira. Participantes: Jairo Cândido, Diretor Titular do Departamento da Indústria de Defesa da Fiesp - COMDEFESA; Sérgio Vaquelli, Diretor Titular adjunto do COMDEFESA da Fiesp; Eduardo Marson, Presidente da Helibras; Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Tenente-Brigadeiro do Ar; Raul Dias, Major-Brigadeiro do Ar; Sinclair James Mayer, General-de-Exército; Rubens Barbosa, ex-embaixador; Eduardo Bonini, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial; César Silva; e Cesar Olsen.

5- Em 24/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 34ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante do Exército, General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

6- Em 08/10/2015, é realizada a 36ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento aos

Requerimentos nº 09 e 68, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Compareceu à audiência o Advogado Nelson Jobim.

7- Em 05/11/2015, é realizada a 41ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 09, 58 e 68, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro.

Participantes: Rubens Barbosa, Presidente do conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; e Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial.

8- RELATÓRIO: CONCLUI QUE SÃO NECESSÁRIOS AJUSTES SIGNIFICATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DEFESA NACIONAL COMO: REVER A DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA OS PROJETOS ESTRATÉGICOS, QUE NÃO PODEM FICAR À MERCÊ DE CONTINGENCIAMENTOS; CRIAR MECANISMOS PARA O FOMENTO À BASE INDUSTRIAL DE DEFESA, NACIONAL, ROBUSTA E COMPETITIVA, QUE PERMITA AO BRASIL RETOMAR SUA CONDIÇÃO DE GRANDE EXPORTADOR E DE PAÍS NA VANGUARDA EM TERMOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

9- Em 03/12/2015, é lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Requerimento \(CRE\)](#)
[Requerimento \(CRE\)](#)
[Requerimento \(CRE\)](#)
[Requerimento \(CRE\)](#)
[Requerimento \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 03/12/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Anexos \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - *Em 03/12/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

1^a PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO N° , DE 2015

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as Políticas Públicas relacionadas à Indústria de Defesa Nacional.

Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Este Relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico das políticas públicas brasileiras relacionadas à indústria nacional de Defesa, de acordo com a Resolução nº 44, de 2013, do Senado Federal, e do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 9, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sugeriu “as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional” como objeto de avaliação por esta Comissão.

Começaremos com algumas observações sobre a importância dos investimentos em Defesa para um país como o Brasil, e faremos um breve histórico da situação da indústria nacional de Defesa. Em seguida, destacaremos as transformações iniciadas em 2007, passando aos principais projetos estratégicos de cada Força Armada. Concluiremos com um diagnóstico da situação atual das políticas públicas de Defesa e faremos nossas recomendações sobre a matéria.

Um primeiro ponto que merece destaque diz respeito à importância da Defesa Nacional para a segurança e o desenvolvimento do País. Assim, a pergunta que se faz é: por que um país como o Brasil deve direcionar recursos para a Defesa e dispor de uma indústria nacional forte nesse campo?

Primeiramente, a Defesa Nacional deve ser vista como uma garantia de nossa soberania. Com o quinto maior território do globo, a quinta maior população e riquezas naturais que despertam a cobiça de

outros países, o Brasil não pode abrir mão de ter uma capacidade de Defesa que assegure a proteção de nossa terra, de nossa população e dos nossos interesses nacionais.

Investir em Defesa é assegurar nossa soberania. O Brasil há muitos anos optou pelo desenvolvimento de uma indústria de Defesa nacional robusta, competitiva e tecnologicamente avançada e, sobretudo, nacional. Não podemos deixar de investir nesse setor.

A título de exemplo, o Brasil possui 4,5 milhões de quilômetros quadrados de águas jurisdicionais (que compreendem o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental). Essa área, chamada pela Marinha de Amazônia Azul, é rica em recursos vivos e riquezas minerais. Nossas reservas de petróleo estão, em sua maior parte, no subsolo marinho, e as grandes rotas comerciais passam pelo mar. Para defender os interesses brasileiros na Amazônia Azul, o País precisa de uma Marinha forte. Nesse sentido, devemos dispor de uma frota de submarinos convencionais e a propulsão nuclear que permitam uma capacidade dissuasória no mar. Também precisamos de navios de superfície em condições de patrulhar nossas águas e proteger nossas embarcações e plataformas de petróleo. Tudo isso deve estar conectado a um sistema de satélites que nos permita controlar o que acontece em nossas águas.

A mesma preocupação com a defesa de nossas águas deve ocorrer com nosso território. Apesar de distante dos grandes focos de conflito pelo mundo, o Brasil tem uma posição estratégica na América do Sul. Temos fronteira com todos os países do continente, à exceção de Chile e Equador. São quase 17 mil quilômetros de fronteiras, que possibilitam nossa integração com os vizinhos, mas que também servem de passagem para drogas, armas e, naturalmente, pessoas. Para o controle dessas áreas, precisamos do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, um projeto estratégico do Exército brasileiro que trará grandes benefícios não apenas à população que vive nessa região de mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, mas também a todos os brasileiros, pela diminuição do tráfico de drogas e armas.

A garantia da soberania no mar e em terra se completa com a defesa de nosso espaço aéreo. As guerras no século XX foram vencidas

com a supremacia aérea, e o avião se tornou uma arma decisiva nos últimos cem anos. Com um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil ficaria extremamente vulnerável sem a capacidade de defesa aérea. Daí os investimentos em um programa de um programa como o FX-2, para a produção de aeronaves de combate modernas e multifuncionais. Ademais, um projeto como o FX-2 envolve, além da garantia de nossa soberania, o desenvolvimento científico e tecnológico, com a transferência de tecnologia e a capacitação de nossa indústria nacional para produzir bens de alto valor agregado.

Portanto, um segundo aspecto que responde ao porquê de se investir em Defesa é a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Defesa e desenvolvimento andam juntos. Ao estabelecermos uma indústria de Defesa nacional competitiva, investiremos em pesquisa, ciência e tecnologia. Em parceria com empresas e instituições estrangeiras, pesquisas são realizadas e podemos enviar cientistas e técnicos brasileiros ao exterior para aprender o que há de mais avançado nos centros de excelência pelo mundo. Assim tem acontecido em nossos projetos estratégicos: engenheiros brasileiros têm sido enviados, por exemplo, à França, para aprender sobre construção de submarinos, e poderão ser enviados à Suécia para conhecer sobre a produção de aeronaves.

Nos acordos celebrados para o estabelecimento de parcerias na área de Defesa, aspectos sempre considerados são o intercâmbio profissional, a transferência de tecnologia e a nacionalização dos equipamentos. Exemplo disso é o Programa Nuclear da Marinha, que colocou o Brasil no seletivo grupo dos países que dominam o ciclo do urânio para a produção de combustível nuclear. Já com o programa de construção de submarinos a propulsão nuclear, o Brasil se juntará a China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, únicas nações que detêm essa tecnologia.

Um último ponto a ser considerado é que o fomento a uma indústria nacional de Defesa é também o fomento ao crescimento econômico de um país. A indústria de Defesa gera empregos diretos e indiretos, e desenvolve produtos que serão úteis aos setores civis (dualidade). Ademais, os grandes acordos, sob os quais são estabelecidos os mecanismos de cooperação para a indústria de Defesa, preveem a

compensação tecnológica e comercial (*offset*), com benefícios para outros segmentos produtivos e atração de recursos e investimentos estrangeiros.

Assim, investir em Defesa é garantir nossa soberania, promover nosso desenvolvimento científico e tecnológico, e retomar nosso crescimento econômico.

Passamos, agora, a breves considerações sobre a história da indústria de Defesa do Brasil.

O Brasil já teve uma das maiores e mais competitivas indústrias de Defesa do planeta. Na década de 1980, estávamos entre os cinco maiores exportadores de equipamentos de Defesa, competindo com potências como os Estados Unidos e a União Soviética. Estávamos presentes em diversos continentes e desenvolvíamos programas, como o nuclear e o aeroespacial, que, se continuassem, colocariam o País entre as principais potências do globo.

Na segunda metade dos anos oitenta, entretanto, uma crise econômica impôs grandes restrições orçamentárias às Forças Armadas e a nossos projetos na área de Defesa. Com o fim da Guerra Fria, muitas indústrias brasileiras entraram em colapso, o que comprometeria nossa base industrial de defesa por muitos anos.

As grandes transformações no Brasil e no mundo da década de 1990 conduziram, em nosso País, à redução do tamanho do Estado e a uma política externa voltada aos processos de integração regional e de participação em foros multilaterais para solução pacífica de controvérsias. Os efeitos dessa nova perspectiva, no campo da Defesa, foram a redução do orçamento para as Forças Armadas e a alocação mínima de recursos para o setor. Ademais, os grandes projetos estratégicos brasileiros foram suspensos, muitas de nossas indústrias de Defesa faliram, nossa pesquisa perdeu fôlego e os equipamentos das Forças Armadas brasileiras foram sucateados. O Brasil precisaria de muitos anos para começar a recuperar o tempo perdido nesse campo.

A situação tomou novo rumo na segunda metade da década de 2000, com a gestão do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que buscou

dar as fundações de um projeto de recuperação de nossa capacidade nacional e do fomento à chamada Base Industrial de Defesa. Com base na Política de Defesa Nacional de 2005, foi publicada em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa, e aprovada legislação que estimulava o desenvolvimento de uma indústria nacional para o setor. Como bem lembrou Nelson Jobim, o Brasil entrava em uma nova fase, em que se estabeleceria uma indústria nacional de Defesa competitiva e em que “deixaríamos de comprar em prateleira”.

Para dar fundamento às políticas públicas para a Base Industrial de Defesa, um arcabouço legislativo é essencial. Nesse sentido, formam o conjunto de leis e documentos essenciais ao fomento à indústria de Defesa brasileira:

- a Política Nacional de Defesa, que estabelece como um dos Objetivos Nacionais de Defesa “desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis”;
- a Estratégia Nacional de Defesa, que tem como uma de suas diretrizes “capacitar a Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa” e como um de seus eixos estruturantes a “reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar que o atendimento às necessidades de tais produtos por parte das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil)”;
- o Livro Branco da Defesa Nacional, que traz anexo o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, com os projetos e subprojetos prioritários de cada Força;
- a Política Nacional da Indústria de Defesa, cujo objetivo geral é o fortalecimento da Base Industrial de Defesa;
- a Lei nº 12.598, de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de

sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Note-se que o Congresso Nacional teve atuação na produção desses documentos, assim como terá na reavaliação dos principais documentos da Defesa - a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional - prevista para 2016. De fato, de acordo com a Lei Complementar nº 97, de 1999, as novas versões desses documentos serão submetidas a exame e avaliação do Parlamento no próximo ano.

Entretanto, o impulso do final da década passada foi refreado no início desta década, coincidindo com o colapso administrativo, fiscal e gerencial do atual Governo. Cortes orçamentários se sucederam durante o primeiro Governo Dilma Rousseff, e os projetos estratégicos das Forças Armadas foram suspensos ou cancelados. Trataremos disso mais adiante. Antes, porém, é importante que sejam feitas algumas observações sobre os projetos estratégicos e nossa Base Industrial de Defesa.

Por ocasião da elaboração do Livro Branco da Defesa Nacional, foi solicitado à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica que sugerissem ao Ministério da Defesa projetos estratégicos que lhes permitissem recuperar suas capacidades.

A partir desses projetos, o Ministério da Defesa propôs ao Presidente da República o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED).

O PAED tinha como objetivo recuperar as capacidades operacionais plenas das três Forças Armadas, transformando-as e capacitando-as para o cumprimento de suas missões constitucionais. Além disso, estabelecia que o Brasil deveria ter uma Base Industrial de Defesa forte e compatível com sua estatura político-econômica.

O PAED contabiliza 39 projetos e 224 subprojetos, que envolvem iniciativas de recuperação das capacidades operacionais e de fomento aos três eixos estratégicos da Defesa Nacional: o nuclear (a cargo

da Marinha), o cibernético (a cargo do Exército) e o espacial (a cargo da Aeronáutica).

O custo total estimado do PAED é de aproximadamente R\$ 400 bilhões, distribuídos ao longo de 20 anos (2012 a 2031). Seriam, portanto, cerca de R\$ 20 bilhões por ano, valor que, até hoje, nunca foi alcançado e, pelo tamanho da crise que atravessamos, não será tão cedo.

Embora seja um mecanismo para conferir maior previsibilidade e estabilidade orçamentária para os projetos das Forças Armadas, o PAED não tem sido cumprido.

Passaremos, agora, a discutir os principais projetos estratégicos apontados por cada Força.

Com relação à Marinha, destacamos o “Programa Nuclear da Marinha”, o “Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)” e o “Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ)”.

O Programa Nuclear da Marinha se divide em dois projetos: o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica. Reconhecido internacionalmente, é o único programa nuclear militar no mundo que é auditado por agências internacionais. Envolve organizações civis e militares, empresas e institutos de pesquisa. Foi iniciado em 1979 e sua conclusão era prevista para 2031. Teria o custo aproximado de R\$ 4,2 bilhões. Até hoje, porém, somente 12% do projeto foram concluídos. Com as restrições orçamentárias, foi refreado e, de maneira vergonhosa, estamos há mais de três décadas neste projeto que já deveria estar concluído.

O PROSUB tem por objetivo o desenvolvimento da capacidade de projetar e construir submarinos, inclusive de propulsão nuclear. O submarino é uma arma dissuasória muito interessante em razão do “elemento surpresa” e do temor que causa em navios de guerra inimigos. Enquanto o submarino convencional é mais silencioso e opera melhor nas chamadas “águas rasas”, o submarino de propulsão nuclear é ideal para águas profundas e seu limite de permanência submerso é a resistência da tripulação. O projeto prevê a construção de quatro

submarinos convencionais (com custo de cerca de R\$ 10 bilhões) e um de propulsão nuclear (com custo de cerca de R\$ 9 bilhões), bem como a construção de uma base e um estaleiro, que devem gerar 9 mil empregos diretos e 27 mil indiretos (com custo de cerca de R\$ 8 bilhões), totalizando cerca de R\$ 27 bilhões. Iniciado em 2009 e com previsão de término em 2025, o PROSUB deve sofrer um atraso de pelo menos cinco anos com os cortes orçamentários.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ) tem por objetivo monitorar os 4,5 milhões de quilômetros quadrados da nossa Amazônia Azul. O estabelecimento do Sistema deveria ocorrer entre 2011 e 2033, a um custo aproximado de R\$ 12 bilhões. Mas o projeto não prosperou. Entre 2013 e 2015, foram pagos menos de R\$ 18 milhões. Em função dos cortes de recursos, o projeto foi suspenso. Com isso, não há qualquer sistema de monitoramento e controle por satélite de nossas águas jurisdicionais.

Entre os projetos estratégicos do Exército, destacamos o “Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)”, o “Veículo Blindado de Transporte de Pessoal GUARANI”, o “Lançador Múltiplo de Foguetes ASTROS 2020” e o “Sistema de Defesa Cibernética”.

O objetivo do SISFRON é fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira, que se estende por quase 17 mil quilômetros, do Amapá ao Rio Grande do Sul. O projeto tem 80% de conteúdo nacional, envolve 26 empresas e gera mais de 12 mil empregos. Envolve várias tecnologias críticas, como as de radares, dominadas por poucos países. É um projeto de alta importância nacional, pela sua relação direta com a segurança pública e com o combate ao tráfico de drogas e armas e a outras atividades criminosas que ocorrem nas nossas fronteiras. Com um custo estimado em R\$ 12 bilhões, o prazo previsto para sua implantação era de 12 anos (entre 2011 e 2023). Entretanto, sua previsão de conclusão foi prorrogada para 2035, e será novamente adiada, devido aos cortes orçamentários. Apenas 7,2% do projeto foram executados.

O Projeto GUARANI visa a dotar a Força Terrestre de viaturas blindadas para transporte de pessoal militar, incrementando a dissuasão e a defesa do território nacional. Possui mais de 90% de conteúdo nacional,

com 50 empresas envolvidas e quase 3 mil empregos de alta capacitação tecnológica. O veículo tem alto potencial de exportação e pode ser o ponto de partida para novos produtos. Com um custo total de cerca de R\$ 21 bilhões para um período de 23 anos (entre 2011 e 2034), o projeto teve início em 2012 e previa a entrega de 1.200 veículos. Havia uma previsão de produção anual mínima de 60 veículos para que a indústria se mantivesse, e isso não vem sendo cumprido, o que gera prejuízos para a empresa contratada.

O Projeto ASTROS 2020 tem a finalidade de dotar a Força Terrestre de meios capazes de prestar apoio de fogo de longo alcance com elevada precisão, usando mísseis tático-estratégicos com alcance de 300 km. Possui 80% de conteúdo nacional, envolve 60 empresas, gera cerca de 8 mil empregos diretos e indiretos. Suas exportações, que até o momento somam mais de US\$ 1,5 bilhões (o que equivale a cerca de R\$ 6 bilhões), dão um retorno de quatro vezes o valor investido. Apenas 42% do projeto foram executados. A previsão inicial de conclusão era 2018 e já foi adiada para 2025, em função dos cortes orçamentários.

O Sistema de Defesa Cibernética busca ampliar o nível de segurança da informação e das comunicações no País. O Caso Snowden mostrou o quanto o País se encontra vulnerável. Nesse sentido, já havíamos assinalado, no Relatório Final da CPI da Espionagem, em dezembro de 2013, a necessidade de se investir mais em Segurança e Defesa Cibernética. O Governo, porém, parece não se preocupar com o assunto. O custo total do projeto é de aproximadamente R\$ 400 milhões, para os anos de 2012 a 2015. Estamos chegando em 2016 com apenas R\$ 217 milhões aprovados e gastos. Dessa forma, a implantação do projeto está sendo reajustada à luz das disponibilidades orçamentárias, devendo estar concluído no final de 2018, caso ocorra um desembolso anual de aproximadamente R\$ 60 milhões, o que nos parece duvidoso frente à grave crise pela qual passamos.

Do conjunto de projetos estratégicos da Aeronáutica, destacamos o “Projeto de Aeronave de Caça Multimissão (FX-2)”, o “Projeto de Aeronave Pesada de Carga e Reabastecimento (KC-390)”, e o “Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)”.

O Projeto FX-2 consiste na aquisição de 36 aeronaves novas de caça de múltiplo emprego, simuladores de voo, logística inicial relacionada e armamentos necessários à operação da aeronave, além da capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de 5^a geração. O custo previsto é de aproximadamente R\$ 40 bilhões de coroas suecas (o que equivale a cerca de R\$ 18 bilhões de reais) para desenvolvimento e aquisição das aeronaves mais US\$ 245 milhões (o que equivale a cerca de R\$ 950 milhões) para certificação. O projeto se iniciou este ano e sua previsão de término é 2026, considerando-se um atraso de um ano na entrega. Até o momento, menos de 7% do projeto foram executados.

O Projeto KC-390 tem dois objetivos. O primeiro é o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para substituição das aeronaves C-130 (Hércules), as quais, pelo envelhecimento, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação. O segundo é a aquisição de 28 aeronaves pela Aeronáutica. Já há um contrato assinado com a EMBRAER. Com relação ao desenvolvimento das aeronaves, a previsão de custos é de cerca de R\$ 4,5 bilhões. O projeto se iniciou em 2009 e seu término era previsto para 2016, mas, com as restrições orçamentárias, foi adiado para 2018. Até agora, a execução física foi de 86% e a execução orçamentária foi de 83%. Com relação à aquisição das aeronaves, a previsão de custos é de quase R\$ 3 bilhões mais cerca de US\$ 2 bilhões (R\$ 8 bilhões). Havia uma previsão de início para este ano, mas nada foi executado. A previsão de término é 2026, mas, provavelmente, haverá atrasos em função das variações orçamentárias. O projeto de lei orçamentária para 2016 prevê apenas R\$ 1 milhão para aquisição, valor completamente irreal.

O objetivo do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) é a implantação de sistemas espaciais de uso militar e civil (uso dual), como, por exemplo, Defesa Civil, Programa Nacional de Banda Larga e Sistema de Proteção da Amazônia. Trata-se de um projeto que integra as Forças Armadas, pois permitirá a integração do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (SIVAM), a cargo da Aeronáutica, do SISFRON, a cargo do Exército, e o SISGAAZ, a cargo da Marinha. O custo estimado do projeto é de cerca de R\$ 12 bilhões. A previsão de início

era para este ano, mas nada foi executado. A previsão atual de término é 2022.

O PESE segue as diretrizes do Programa Nacional de Atividades Aeroespaciais (PNAE). Os recursos dispensados ao PNAE ao longo dos seus 36 anos foram muito menores do que os necessários. As causas para o atraso do PNAE são variadas, segundo vários especialistas: não apenas a aplicação insuficiente de recursos financeiros, mas também a ausência de um comando unificado, com foco em resultados, e a baixa integração com a indústria.

O uso da Base de Alcântara é uma das possibilidades apontadas pelo Embaixador Rubens Barbosa, em audiência pública no Senado Federal, para que o PNAE tenha recursos, dado que cada lançamento de satélite rende cerca de US\$ 50 milhões. A localização da base é privilegiada, apresentando competitividade para concorrer no mercado global de lançamento de satélites comerciais de meteorologia e de comunicações. Segundo o embaixador, há interesse de empresas europeias, norte-americanas, chinesas e russas em participar com empresas brasileiras desse significativo mercado internacional.

São esses os projetos estratégicos das Forças Armadas que selecionamos para tratar em nosso Relatório, representativos pela sua importância. Há muitos outros. Tem horizonte incerto, por exemplo, o H-XBR, programa iniciado em 2008, durante a gestão do ministro Nelson Jobim, visando à fabricação de helicópteros para as três Forças Armadas. A sua importância maior está justamente no fato de o H-XBR estar alinhado com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa: a produção de equipamentos para as Forças. No que se refere às entregas, a fabricante Helibrás vinha mantendo a meta até 2013, mesmo com atrasos no repasse de recursos. O montante da dívida do governo (R\$ 1,4 bilhões) com a empresa acabou inviabilizando o programa. Foram, recentemente, dispensados 200 empregados, e a previsão de término atual é para 2020.

Esses episódios só reforçam o processo de desindustrialização no país, particularmente grave no setor de Defesa. Além disso, centenas de pequenas empresas fecham as portas, perdendo uma capacidade tecnológica muito importante, da qual o país é carente. Essas pessoas

acabam indo para outras áreas, e nunca mais se consegue trazê-las de volta para o setor de Defesa.

Essa seleção de projetos que aqui apresentamos permite um diagnóstico das políticas públicas para o setor de Defesa e os problemas relacionados à má gestão dos recursos pelo Governo federal e à crise política e econômica em que está mergulhado o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Assim, observamos grandes problemas relacionados aos projetos estratégicos, dos quais apontamos dois:

- não há previsão orçamentária em investimentos suficiente para todos os projetos do PAED, especialmente quando se considera a soma do valor global estimado dos projetos (cerca de R\$ 400 bilhões distribuídos entre 2012 e 2031, o que corresponde a uma média anual de R\$ 20 bilhões). Como a média de investimentos pagos (incluindo os restos a pagar pagos) de 2010 a 2014 foi de aproximadamente R\$ 8 bilhões, isso corresponde a apenas 40% do investimento anual previsto no PAED;
- não há priorização entre os projetos.

Assim, os projetos estratégicos, se continuarem os cortes e contingenciamentos e faltar a devida atenção do Governo, acabarão em grande fracasso, com prejuízos para as Forças Armadas, para Base Industrial de Defesa e para o Brasil. Fica o alerta!

A crise de 2014/2015 e os efeitos sobre a Defesa Nacional

O Brasil encontra-se em meio a uma profunda e complexa crise. Talvez seja esta a mais grave crise da nossa história, pois envolve os setores político e econômico, e ameaça nossas estruturas e os mais elevados interesses nacionais. Não cabe neste Relatório procurar as causas para o estado em que o Brasil se encontra, se a crise é devida a má gestão, incompetência no trato da coisa pública, arrogância, corrupção ou um misto de tudo isso. As medidas tomadas pelo Governo para se contrapor à crise, até agora sem resultados, passam por cortes significativos no orçamento,

alcançando, naturalmente, o Ministério da Defesa, nossas Forças Armadas, os projetos estratégicos e as empresas da Base Industrial de Defesa brasileira.

O fato é que os gastos em investimento pelo Ministério da Defesa tendem a diminuir em decorrência da crise econômica. Isso afetará diretamente os projetos estratégicos e a sobrevivência das empresas envolvidas nestes projetos. Corremos, assim, o risco concreto de um novo desmantelamento da Base Industrial de Defesa.

O ano de 2015 entrará para a história como um dos mais nefastos para nossa Economia. A crise é sentida em todas as áreas. Em termos de investimentos do Ministério da Defesa, houve queda de 43,7% comparando-se os pagamentos do período de janeiro a outubro de 2015 aos mesmos meses de 2014. A tendência atual de redução dos dispêndios com o investimento em relação aos anos anteriores deve ser mantida.

Observamos, ainda, que o Projeto de Lei do Orçamento para 2016 confirma esse movimento de redução, programando 11,8% a menos no investimento do Ministério da Defesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social em comparação ao Projeto para 2015. Nessa mesma linha, o Projeto do Plano Plurianual 2016/2019 programa a média de R\$ 8,9 bilhões por ano em despesas de capital no período de sua vigência no Programa Defesa Nacional. Essa previsão parece otimista, tendo em vista a tendência de manutenção da crise econômica, conforme a expectativa de decréscimo do PIB em 2016 da ordem de -1,9% (menos um vírgula nove por cento).

Assim, o cenário econômico atual, paralelamente à deficiência do planejamento da política de Defesa, representa uma ameaça à consolidação da indústria nacional de defesa e impõe medidas urgentes de replanejamento e priorização das despesas. É fundamental que mantenhamos os projetos considerados mais estratégicos.

Perspectivas e Recomendações

Os 4,5 milhões de quilômetros quadrados de nossas águas jurisdicionais encontram-se vulneráveis a ações de quem aqui queira chegar para explorar nossos recursos. Os projetos estratégicos da Marinha estão em atraso ou suspensos. Nosso submarino nuclear, bem como os novos convencionais, que serviriam para defender nossa soberania no mar, ainda são barcos de papel. Ademais, sem um sistema adequado de vigilância, estamos cegos diante das ameaças que possam chegar a nós pelo mar. Com potencial para ser um país de primeira grandeza na área nuclear, o Brasil vê seu Programa Nuclear seguindo a passos lentos há mais de trinta anos.

Também há falta de recursos e corte orçamentário para garantir a segurança e a defesa de nossas fronteiras. Um projeto como o SISFRON é estratégico para o Brasil, e conduziria ao desenvolvimento tecnológico de diversos setores, fomentando a indústria civil e a de Defesa. Ainda hoje, nossas comunicações dependem de satélite estrangeiro, e nos encontramos bastante vulneráveis.

Acrescentamos que, com o SISFRON em operação, os benefícios viriam também para a Segurança Pública. O combate ao narcotráfico e aos crimes transfronteiriços, como o roubo de carga, o contrabando e descaminho, seria mais efetivo. A imensa extensão de nossas fronteiras requer prioridade em sua proteção.

Se as fronteiras físicas carecem de proteção, também no ambiente virtual a presença do Estado garantindo a segurança é fundamental. Precisamos aprimorar significativamente nossa segurança e nossa defesa cibernética. Investimentos nesse campo não podem ser desconsiderados e o orçamento jamais deveria ser contingenciado. Além da Defesa Nacional, o investimento em segurança cibernética compreende ainda recursos para a inteligência, de modo a garantir a prevenção contra ataques de outros Atores internacionais, inclusive de organizações criminosas e grupos terroristas. Uma nova guerra é travada diariamente no ambiente virtual, e se não estivermos vigilantes, poderemos sofrer graves derrotas.

Mas o quinto maior país em população e território não pode ter tampouco um Exército sucateado e sem condições de operar nos cenários de conflito do século XXI. Atenção deve ser dada para projetos estratégicos

como o Guarani e o ASTROS 2020, que garantam a real capacidade de nossa Força Terrestre de responder a ameaças tradicionais. Sim, porque os últimos acontecimentos pelo mundo assinalam que conflitos interestatais ainda são uma realidade. Há que se estar preparado.

Infelizmente, os céus do Brasil não são “céus de brigadeiro” para nossa Defesa aeroespacial. Transcorridos onze anos desde o acidente de Alcântara, nosso programa espacial ainda não decolou por falta de investimentos adequados. Ainda somos incapazes de pôr em órbita um satélite genuinamente brasileiro, produzido no Brasil e sob absoluto controle de brasileiros. Isso também nos torna vulneráveis.

Enquanto países como a Índia e a China já enviaram homens ao espaço por seus próprios meios, o Brasil continua vendo a era espacial a partir do solo. Parece que as autoridades públicas não compreendem o ganho que se teria com o desenvolvimento tecnológico aeroespacial, que colocaria o Brasil em um clube muito seletivo de grandes potências.

Nossa defesa aérea também carece de recursos. Temos profissionais bastante qualificados, mas que operam em equipamentos obsoletos. Inaceitável que o Brasil não disponha de aeronaves de superioridade aérea adequadas para garantir a segurança do País. O Projeto FX-2 deveria seguir “a toque de caixa”, pois é muito delicado depender de Caças F-5 desviados de sua missão!

Quanto ao KC-390, o desenvolvimento do projeto de um cargueiro robusto e competitivo foi praticamente concluído. O Governo necessita agora proceder à aquisição de novas aeronaves para substituir os Hércules, muitos com mais de 30 anos de uso. Afinal, o KC-390 é fruto de anos de pesquisa e desenvolvimento de uma indústria nacional de aviação que traz orgulho a todos os brasileiros. Se o Brasil não compra os cargueiros desenvolvidos por sua própria indústria nacional, como querer que outros países o façam?

No que concerne a orçamento, não identificamos em 2015 ajustes no planejamento para os investimentos de Defesa, tampouco o estabelecimento de prioridades no setor diante da crise. Houve, isso sim, sucessivos cortes orçamentários nos últimos anos, com impactos negativos

para as empresas de Defesa e para as Forças Armadas. Entre esses impactos negativos destacamos:

- perda da capacidade de pagamento com base no atual limite financeiro;
- atraso nos projetos;
- aumento de custos decorrentes da interrupção e da retomada das atividades do projeto (multas contratuais e indenizações);
- comprometimento na qualidade e nos prazos de entrega dos produtos;
- perda da capacidade de investimento na Base Industrial de Defesa;
- perda na abertura de mercados para as Empresas Estratégicas de Defesa;
- prejuízo no desenvolvimento de tecnologias nacionais inovadoras e duais, em parceria com universidades, institutos de pesquisa e indústria;
- ampliação do hiato tecnológico existente na produção de material de defesa;
- interrupção das obras de engenharia, ocasionando a depreciação ou inutilização de equipamentos de alto valor tecnológico;
- extinção de empregos diretos e indiretos em tecnologia e infraestrutura;
- diminuição da capacidade de combate aos delitos ambientais e transfronteiriços;

- redução da capacidade operacional das Forças para emprego em grandes eventos, como as Olimpíadas Rio 2016.

Observamos ainda que há empresas estrangeiras e brasileiras envolvidas nesses projetos. Sua suspensão ou desaceleração implica prejuízos tanto para nossa indústria nacional quanto para a imagem externa do Brasil. Além disso, essas alterações no contrato acarretam multas significativas. É importante que o Governo e os membros do Congresso Nacional estejam atentos a esses detalhes e, ainda, ao fato de que nossa segurança nacional fica ameaçada com a interrupção ou o cancelamento desses projetos.

São graves todos esses problemas e põem em xeque a Defesa do Brasil. Parece faltar ao Governo federal a percepção clara de que investimentos em Defesa e nos projetos estratégicos trarão significativos benefícios à sociedade e ao Estado brasileiros. Seja exportando equipamentos, seja fortalecendo empresas brasileiras, seja aumentando nossa segurança, seja garantindo a defesa de nossas águas, de nosso território e de nosso espaço aéreo, seja ainda promovendo o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, investir em Defesa é investir no Brasil.

Ante o exposto, trazemos a nossos Pares algumas recomendações que acreditamos ser úteis para a condução de políticas públicas na área de Defesa. São elas:

- priorizar os projetos estratégicos, garantindo-se a continuidade das linhas de produção a partir dessa priorização;
- exigir que os dados sistematizados referentes aos projetos estratégicos das Forças Armadas sejam enviados ao Congresso Nacional com uma periodicidade mínima (anual), para que possam ser acompanhados e controlados;
- condicionar o início de novos projetos à garantia de destinação de recursos para a continuidade dos projetos estratégicos de defesa em curso;

- criar de um Fundo Nacional de Defesa, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e gerido pelo Ministério da Defesa;
- que o Governo aja junto ao Congresso Nacional para aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas acordado com o governo norte-americano para utilização da Base de Alcântara;
- encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior solicitação para que sejam estabelecidas linhas de ação para a Defesa junto ao BNDES.
- no âmbito do Senado Federal, entendemos ainda ser importante continuar com o acompanhamento das políticas públicas na área de Defesa. Recomendamos a criação de Grupo de Trabalho permanente que acompanhe matérias referentes à Base Industrial de Defesa. Afinal, o Poder Legislativo deve se fazer presente acompanhando tema de tamanha relevância.

Considerações Finais

O Brasil teve dois grandes momentos de desenvolvimento de sua indústria de Defesa. O primeiro foi nas décadas de 1970 e 1980, quando alcançamos o patamar de grande exportador de equipamentos de Defesa. O segundo foi de 2007 a 2011, quando o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, baseado em uma Política e uma Estratégia Nacional de Defesa, definiu projetos estratégicos para as Forças Armadas e buscou fomentar uma indústria nacional de Defesa que tornasse o Brasil novamente competitivo.

Entretanto, os anos que se seguiram à saída de Jobim foram marcados por uma profunda crise de gestão na Administração pública federal como um todo, que repercutiu na Defesa. Políticas públicas desencontradas, incompetência gerencial, falta de planejamento e escândalos de corrupção envolveram o Governo Dilma Rousseff, com consequências nefastas para o País. A situação econômica degradou-se. O pré-sal, com a Operação Lava-Jato da Polícia Federal, submergiu. Algumas empreiteiras, que haviam investido fortemente em Defesa com a

perspectiva de altos lucros no setor, viram-se expostas nos escândalos de corrupção envolvendo setores do Governo.

No campo da Defesa, cortes orçamentários atingiram projetos estratégicos, que foram cancelados, suspensos ou adiados. A indústria nacional de Defesa sofreu com isso, e nossa capacidade de produção acabou comprometida. Não se deu a devida atenção a um setor essencial a nossa soberania.

Em 2016, teremos a revisão da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional. Todos esses documentos devem, por força de Lei, ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional. É importante que estejamos atentos a essas questões relacionadas aos mais significativos interesses nacionais.

Feito o diagnóstico das Políticas Públicas para a Defesa Nacional, a conclusão é que são necessários ajustes significativos. Há que se rever a destinação orçamentária para os projetos estratégicos, que não podem ficar à mercê de contingenciamentos. Há que se criar mecanismos para o fomento à Base Industrial de Defesa, nacional, robusta e competitiva, que permita ao Brasil retomar sua condição de grande exportador e de País na vanguarda em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A Defesa Nacional deve ser vista como uma preocupação de todos. Não podemos abrir mão deste seguro que garanta nossos interesses nacionais e nossa condição soberana. Certamente, o desenvolvimento de uma indústria de defesa e a execução de projetos estratégicos estão no cerne dessa questão. **Repetimos, investir em Defesa é investir no Brasil.**

Sala da Comissão,

, Presidente

20

, Relator

20



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Aprovado em 19/03/2015

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2015 – CRE

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno desta Casa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.” Soma-se a essa determinação regimental o disposto no art. 103, inc. V e VIII, que estabelece a esta Comissão deliberar assuntos relativos à Defesa Nacional.

Nos últimos meses, temos acompanhado a situação drástica da econômica brasileira em diversos setores, com índices desanimadores para o desenvolvimento nacional. Com vistas a promover um ajuste fiscal e objetivando resgatar o equilíbrio das contas públicas, o Governo federal tem adotado medidas drásticas e visivelmente ortodoxas, que afetam diretamente diversos setores da indústria nacional, entre os quais o da defesa nacional. Diversos programas estratégicos para esse setor, a despeito de



**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA**

terem sido incluídos no PAC, tiveram pagamentos suspensos.

Com isso, deve-se questionar quais os impactos e a eficácia das políticas públicas atuais que vêm sendo adotadas pelo Governo federal para a defesa nacional, tema esse da mais alta relevância do qual não se pode furtar o Senado Federal, através da presente Comissão permanente.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2015.

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**
PSDB-SP

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2015 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015 – CRE, que trata da avaliação de política pública na área de indústria de defesa nacional por esta Comissão, requeiro sejam convidados especialistas ou autoridades em base industrial de defesa, para comparecerem ao Senado Federal em Reuniões com Senadores ou Assessoria.

Sala da Comissão, 09 de julho de 2015.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Aprovado em 09.07.2015)

APPROVADO EM
15.07.2015



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

REQUERIMENTO N° 60, DE 2015 - CRE

SENADO FEDERAL
Série: SF/15335.16477-56

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal empenha-se em reforçar as suas funções institucionais, entre as quais as de fiscalização e controle. Nesse sentido, a Mesa do Senado Federal, por meio da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, estabeleceu que cada comissão permanente deve eleger anualmente política pública para ter seus impactos e atividades avaliados.

Página: 1/2 14/07/2015 10:44:44

22882cd9e7788621a9b7a418b42b2dfeb5aaaabf7f

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE entende que as questões de Defesa e Segurança Internacional do nosso país devem ser debatidas e monitoradas pela nação brasileira. Sendo assim, decidiu avaliar as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área da indústria de defesa brasileira. O objetivo é avaliar os impactos e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICÁRDO FERRAÇO

a eficácia das políticas públicas atuais que vêm sendo adotadas pelo Governo federal para a defesa nacional.

SF/15335.16477-56

Os 3 eixos relacionados com a Base Industrial de Defesa - as empresas da Base Industrial de Defesa brasileira; os projetos estratégicos das 3 Forças e as políticas públicas para o setor – serão analisados para a elaboração do Relatório da CRE.

O objetivo é avaliar, a partir dos principais projetos estratégicos das Forças, a situação atual das empresas da Base Industrial de Defesa. Desta forma, o Senado terá dados que lhe permitirão monitorar os resultados e os processos das políticas públicas para o setor da Defesa.

Página: 2/2 14/07/2015 10:44:44

É com esse propósito que requeiro que sejam convidados os Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica para expor nesta Comissão os projetos estratégicos sob sua responsabilidade.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2015.
 Senador RICARDO FERRAÇO

22882d9e7788621a9b7a418b42b2dfcb5aaabf7f



*Aprovado
20/08/2015*

REQUERIMENTO N° 68 , DE 2015 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos dias 10/9, 24/9, 8/10 e 22/10 de 2015 para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de Defesa brasileiro. Os convidados serão informados oportunamente.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal empenha-se em reforçar as suas funções institucionais, entre as quais as de fiscalização e controle. Nesse sentido, a Mesa do Senado Federal, por meio da Resolução nº44, de 17 de setembro de 2013, estabeleceu que cada comissão permanente deve eleger anualmente política pública para ter seus impactos e atividades avaliados.

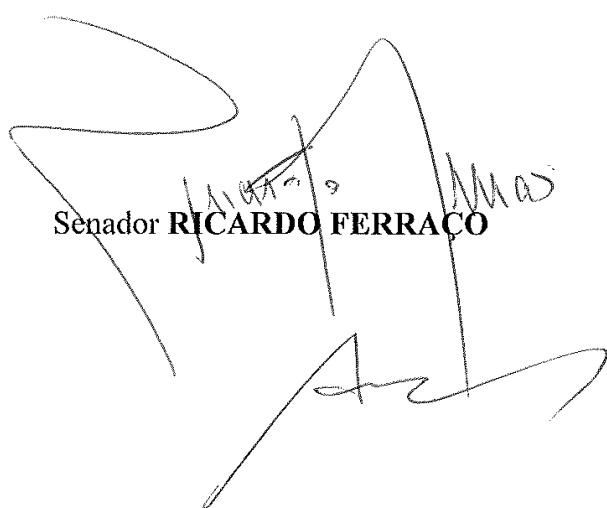
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE entende que as questões de Defesa e Segurança Internacional do nosso país devem ser debatidas e monitoradas pela nação brasileira. Sendo assim, decidiu avaliar as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área da indústria de defesa brasileira. O objetivo é avaliar os impactos e a eficácia das políticas públicas atuais que vêm sendo adotadas pelo Governo federal para a defesa nacional.

Os 3 eixos relacionados com a Base Industrial de Defesa - as empresas da Base Industrial de Defesa brasileira; os projetos estratégicos das 3 Forças e as políticas públicas para o setor – serão analisados para a elaboração do Relatório da CRE.

O objetivo é avaliar a situação atual das empresas da Base Industrial de Defesa. Desta forma, o Senado terá dados que lhe permitirão monitorar os resultados e os processos das políticas públicas para o setor da Defesa.

É com esse propósito que requeiro que sejam marcadas estas audiências.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2015



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Senador RICARDO FERRACO". The signature is fluid and cursive, with some loops and variations in line thickness. It is positioned in the center of the page, with a large, stylized, and somewhat abstract flourish of lines extending from the bottom left and right towards the center where the name is written.

2^a PARTE - SABATINA

1

PARECER N° , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem
(MSF) nº 74, de 2015, da Presidenta da
República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.*

Relator: Senador **LINDBERGH FARIAS**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer do nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, currículo do indicado. Nascido em Tibagi, Paraná, em 5 de abril de 1951, o interessado é filho de Petro Krawctschuk e Ana Krawetschuk. Bacharelou-se em Filosofia pela Faculdade de Administração e Informática da Universidade de São Paulo (USP), em 1970, tendo concluído Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma (Itália), em 1976. No ano de 1981, ingressou na carreira diplomática, tornando-se Terceiro-Secretário em 1982. Em 2006 chegou a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, ingressando no Quadro Especial em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores e no Governo Federal destacam-se as de assessor da Vice-Presidência da República (1990-1992), Diretor-Geral de Administração e Subsecretário-Geral da Presidência da República (1992-1994), e assistente e assessor da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (2001-2003). No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro em Roma (2003-2007), Ministro Conselheiro em Kiev (2007-2010) e Encarregado de Negócios em Tegucigalpa (2010), e Embaixador também em Tegucigalpa (desde 2011).

Entre as condecorações recebidas por Sua Excelência, destacam-se a Medalha Mérito Santos Dumont, a Ordem de Rio Branco (Comendador), a Medalha do Mérito Comunitário (Pólicia Militar do Estado de São Paulo), e a Cruz das Forças Armadas (República de Honduras).

No tocante ao relacionamento bilateral, informe preparado pelo Itamaraty, anexo à mensagem presidencial, destaca que Brasil e Granada estabeleceram relações diplomáticas em agosto de 1976 (dois anos após a independência da ilha), quando se criou a embaixada cumulativa (não residente) do Brasil em Granada. A representação cumulativa brasileira era inicialmente sediada em Trinidad e Tobago, depois passando para a Guiana. Em 2008, foi criada a Embaixada brasileira residente na capital de Granada, Saint George's.

Entre os principais temas da agenda bilateral estão a prestação de cooperação técnica e a coordenação política. O Relatório do Itamaraty assinala, ainda, o potencial de promoção de investimentos e do turismo. Já houve visitas dos Chanceleres brasileiros à ilha caribenha para fomentar essa aproximação. Em 9 de junho de 2014, o então Chanceler Nickolas Steele realizou visita oficial ao Brasil. Em Brasília, participou de reuniões com o Ministro das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde e a Embratur; em São Paulo, manteve contatos com o intuito de promover o país como destino turístico e de investimentos.

No que concerne à Cooperação Técnica, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem apoiado a implementação de iniciativas de cooperação na área agrícola com Granada, entre elas a “Capacitação em Associativismo e Desenvolvimento de Cadeia de Valor para Acesso ao Mercado Doméstico em Granada”, a “Capacitação para Serviço de Extensão para Trabalhadores de Extensão de Granada”, e a “Oficina e Elaboração de Plano de Ação para o Desenvolvimento de Cadeia de Valor para o Mercado Doméstico em Granada”. Discute-se, ainda, desde 2013, a

realização da iniciativa “Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos”, abrangendo 14 países da região do Caribe. Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros a Granada.

Em termos de comércio bilateral, observamos, com base nos dados estatísticos fornecidos pelo Itamaraty que, no decênio 2005-2014, o comércio entre os dois países cresceu 60,6% passando de US\$ 5,122 milhões, para US\$ 8,224 milhões. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou aumento de 5,6%. Historicamente o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, isto porque, boa parte das trocas comerciais é representada pelas exportações brasileiras. Nos últimos três anos os superávits foram de US\$ 8,150 milhões (2012); US\$ 7,783 milhões (2013); e US\$ 8,220 milhões (2014). De janeiro a março de 2015 o fluxo comercial somou US\$ 2,115 milhões, um aumento de 18,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, assinalamos que a comunidade brasileira residente em Granada é de 10 pessoas. Há ocasionais turistas brasileiros, na maioria das vezes a bordo de pequenos veleiros.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM GRANADA
EMBAIXADOR RICARDO DINIZ**

A instalação de Embaixada residente em Saint George`s, no segundo semestre de 2009, despertou grande expectativa por parte das autoridades granadinas sobre as perspectivas de intensificação do relacionamento bilateral com o Brasil. País formado por três pequenas ilhas, com população de apenas 110 mil habitantes e uma economia baseada no turismo, Granada conta com apenas cinco missões diplomáticas residentes: Brasil, Cuba, Venezuela, República Popular da China e EUA, sendo esta última chefiada por encarregado de negócios. Outros países com os quais Granada mantêm relações diplomáticas estão representados por consulados-honorários, recebendo visitas periódicas dos respectivos embaixadores não-residentes.

Foi nesse contexto de expectativa por parte do governo local, e na sequência da Primeira Reunião de Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em abril de 2010, que assumi minhas funções em Janeiro de 2011, tendo como proposta de trabalho intensificar as relações bilaterais em todas as suas vertentes. Nesse sentido, tive a honra de receber logo no início de minha gestão, em fevereiro/2011, a visita do então Chanceler Embaixador Guilherme Patriota, acompanhado do então candidato ao cargo de Diretor-Geral da FAO, Dr. José Graziano da Silva, como convidados especiais da "22ª Reunião Interseccional de Chefes de Governo da CARICOM", realizada em Saint George`s. Naquela ocasião, foi possível obter o endosso do organismo regional caribenho, com seus 14 votos, à candidatura do Dr. Graziano da Silva.

Registro, com satisfação, que desde minha chegada ao posto o governo granadino tem apoiado a grande maioria dos pleitos formulados pelo governo brasileiro. No período compreendido entre janeiro/2011 e dezembro/2014, Granada acolheu favoravelmente 15 de 20 solicitações de apoio para cargos em organismos internacionais, incluindo as candidaturas do Professor Caldeira Brandt ao Tribunal Penal Internacional e do Embaixador Roberto Azevedo para a Direção-Geral da OMC. Nas poucas instâncias em que o Brasil não obteve o apoio desejado, ou o pleito em questão conflitava com interesse específico granadino (caso, por exemplo, do pedido de apoio para o estabelecimento de

santuário de baleias no Atlântico Sul, proposta que vem sendo bloqueada pelo Japão, importante fornecedor de ajuda financeira para este país) ou Granada simplesmente não participou da reunião ou evento em que a solicitação brasileira foi considerada.

Na esfera comercial, ao assumir a chefia do posto no início de 2011 o intercâmbio bilateral atingia a cifra de USD 7,1 milhões, tendo aumentado para USD 8,2 milhões em 2014. Trata-se de um fluxo comercial relativamente estável, que consiste unicamente de exportações brasileiras de produtos de carne (frangos congelados e suas partes, além de enlatados) e material de construção (azulejos e madeiras). Em praticamente todos os meus contatos com empresários granadinos tenho ouvido sempre a mesma queixa: todos gostariam de poder comprar ainda mais do Brasil, mas a falta de transporte marítimo direto e regular para Granada encarece demasiadamente o custo final do produto brasileiro. De fato, um dos principais comerciantes locais já me disse ser mais vantajoso importar o produto brasileiro de revendedor/distribuidor nos Estados Unidos, a partir de Miami, do que diretamente do fabricante no Brasil.

Antes mesmo de chegar ao posto, já tinha tomado conhecimento das tratativas entre investidores brasileiros (Grupo URBANIZA) e o governo local para o estabelecimento de uma "Zona Franca" em Granada. O projeto original contemplava a construção de um moderno porto marítimo, com área de armazenagem contígua, espaço para escritórios e galpões para processamento industrial. A iniciativa contaria com o apoio financeiro de acionistas do grupo "World Trade Center", baseado em São Paulo, além de "pool" de investidores estrangeiros, e teria como um de seus principais objetivos importar produtos semiacabados do Brasil para beneficiamento em Granada e posterior reexportação para terceiros mercados. Além disso, a "Zona Franca" procuraria atrair escritórios de empresas brasileiras, sobretudo do setor financeiro e de serviços.

Após anos de tratativas, tanto com a administração anterior do Primeiro-Ministro Tillman Thomas (até fevereiro/2013) como também com o atual governo do Primeiro-Ministro Keith Mitchell, no final de julho de 2015 o Parlamento granadino finalmente aprovou nova lei sobre as garantias e isenções fiscais que serão concedidas à projetada "zona franca", pelo que a URBANIZA poderá, finalmente, iniciar os trabalhos. Segundo me informou a representante do grupo, a primeira fase do projeto contemplará a recuperação de casario antigo no centro de Saint Georges, com o objetivo de abrigar

escritórios e lojas de empresas brasileiras, que poderiam trazer produtos do Brasil em estado acabado ou semiacabado para processamento adicional neste país e posterior reexportação, tanto para os países vizinhos como também para o mercado da América do Norte. Dentre as empresas potencialmente interessadas, estariam os grupos `Grenado", "O Boticário" e "Frigorífero Barbacoa", além de bancos e empresas de investimento. Embora essa iniciativa não tenha contado com aval ou participação oficial do Governo brasileiro, nesses últimos anos sempre concedi o apoio cabível ao Grupo URBANIZA, além de ter realizado inúmeras gestões informais junto às autoridades locais com vistas a obter a aprovação do projeto, o que para minha grande satisfação veio a ocorrer antes do término de minha missão neste país.

Em julho de 2014 o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Granada, Nickolas Steele, realizou visita oficial ao Brasil - a primeira de um Chanceler granadino ao nosso país. Durante seu périplo por Brasília e São Paulo Steele manteve encontros com diversas entidades empresariais, tendo como objetivos promover Granada como destino turístico e captar investimentos brasileiros. Dentre os temas abordados nesses encontros, destaco: a) possibilidade de estabelecimento de conexão aérea entre o Brasil e Granada, bem como de linha direta de navegação marítima entre os dois países; b) interesse granadino no estabelecimento de um curso de português em Granada; c) realização de missão da FIESP a Granada para prospectar possibilidades de investimentos brasileiros neste país; d) cooperação na área de saúde. Dessas iniciativas, houve avanço apenas na área de saúde, com a doação pelo Governo brasileiro, em Janeiro de 2015, de 57.600 preservativos masculinos para a prevenção do HIV/AIDS em Granada. Com relação aos demais temas, estou informado de que até a presente data nenhuma empresa aérea brasileira manifestou interesse em estabelecer frequência para este país. Tampouco tive notícia sobre eventual missão da FIESP a Granada. Quanto ao estabelecimento do curso de português, proposta que já havia submetido à consideração de Vossa Excelência em outubro/2011, estou ciente de que o atual quadro de restrições orçamentárias continua a inviabilizar qualquer iniciativa nesse sentido.

Desde a minha chegada ao posto procurei focalizar as áreas de cooperação técnica e de divulgação do Brasil, sempre com o intuito de dinamizar o relacionamento bilateral e realçar a imagem de nosso país. Com esse espírito, ainda em julho de 2011, assinei um Acordo recíproco entre Brasil e Granada para a isenção, por até 90 dias, de vistos de

turista em passaportes comuns. O referido acordo foi posteriormente substituído, em julho de 2014, por um Acordo por troca de Notas assinado por ocasião da visita oficial do Chanceler Nickolas Steele ao Brasil, passando a vigorar a partir daquela data. Na área de cooperação técnica, assinalo, com satisfação, a realização de missão técnica da EMATER a Granada (em março/2011) para ministrar curso sobre técnicas de cooperativismo rural. Além disso, no período de março/2011-dezembro/2014 cerca de 30 técnicos granadinos participaram de vários cursos de capacitação de curta duração oferecidos no Brasil, nas áreas de saúde, agricultura e irrigação. Atualmente, há apenas uma atividade isolada de cooperação em andamento, organizada conjuntamente pela ABC e Agência Nacional de Águas (ANA), com oferta de cursos de capacitação de curta duração nas áreas de irrigação, manejo de águas e aproveitamento de água da chuva. Nesse sentido, o governo de Granada acaba de indicar dois representantes para participar do curso de "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", a realizar-se em Dominica de 08 a 11 de novembro vindouro.

No que diz respeito à divulgação da imagem do Brasil registro, com satisfação, a realização de dois festivais de cinema brasileiro, em 2012 e 2013, com projeção gratuita em sala comercial, por período de uma semana, de seleção de filmes brasileiros em formato DVD. Ambos eventos contaram com grande receptividade por parte do público e autoridades locais, que sempre demonstraram muita curiosidade em conhecer melhor a realidade e cultura do nosso país. Lamentavelmente, por absoluta falta de recursos orçamentários, não foi possível repetir a iniciativa em 2014 e tampouco no presente exercício. Registro, igualmente, a participação da Embaixada em três iniciativas de cunho benéfico: a) em 2011 e 2012, no almoço internacional organizado pelo "T.S.MarryShaw Community College", evento organizado em torno de "barraquinhas" de comidas típicas, com o objetivo de obter fundos para a concessão de auxílio financeiro aos alunos dos cursos de culinária e hotelaria daquela instituição. Em ambas ocasiões, o "stand" brasileiro, com oferta de salgadinhos e doces típicos de nossa culinária (preparados pelos próprios alunos da escola) atraiu grande número de visitantes- inclusive o próprio Primeiro-Ministro de Granada; b) em março/2012, a Embaixada participou do "Grensave Food Day", evento organizado por ONG local "GRENSAVE", com o objetivo de arrecadar fundos para creches e orfanatos. Nessa ocasião, tive participação direta, juntamente com meus familiares e todos colaboradores da Embaixada, na venda de salgadinhos e doces brasileiros. Assinalo, com satisfação, que o "stand" da Embaixada

foi um dos mais visitados, tendo obtido a segunda maior arrecadação (USD 600,00) dentre todos os países representados. Nos dois últimos anos, e com o progressivo agravamento do quadro de restrições orçamentárias, não tem sido possível realizar nenhuma atividade cultural ou de divulgação.

Durante o período de minha gestão à frente desta Embaixada tive a honra de acolher, em junho de 2012, a primeira visita a Granada de embarcações da Marinha do Brasil, no âmbito da Operação "CARIBEX 2012", integrada pelos navios-patrulha "BOCAINA" e "GUAÍBA". Além da realização de almoço protocolar a bordo oferecido ao Governador-Geral e altas autoridades do governo local, as embarcações estiveram abertas à visitação pública, tendo atraído, em apenas uma tarde, mais de 300 visitantes. Atendendo a pedido que me havia sido formulado pelo então Assessor de Segurança do Primeiro-Ministro de Granada, ao deixar o porto de Saint Georges rumo a Paramaribo, no dia 20 de junho de 2012, os navios realizaram uma "Parada Naval" pelo costa leste da ilha. A convite do Comandante, tive a oportunidade de acompanhar o exercício "embarcado" no "BOCAÍNA", juntamente com o Primeiro-Ministro em exercício (o titular, Tillman Thomas, estava justamente no Brasil participando da Conferência Rio+20) e assessores. Tratou-se de experiência única para a divulgação da imagem do Brasil neste país, sendo visível, na ocasião, a grande satisfação das autoridades locais de poder estar a bordo durante as manobras realizadas.

No final de abril de 2013, estando em Brasília em gozo de férias ordinárias, tive a honra de ser recebido em audiência pelo então Ministro da Defesa, Celso Amorim, ocasião em que pude expressar minha avaliação muito positiva sobre os resultados da "CARIBEX 2012", que a meu juízo foi uma das iniciativas de maior relevância e visibilidade já realizadas no posto. Durante a audiência, sugeri que o Ministério da Defesa estudasse a possibilidade de estabelecer cooperação com Granada na área de treinamento e capacitação de pessoal militar, especificamente voltado para a Guarda-Costeira granadina (com contingente de 100 homens e equipamento doado pelo governo dos EUA). Pouco depois recebi exemplar do "Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval destinado a Pessoal Extra Marinha" (CENPEM), com ampla oferta de cursos de capacitação. No entanto, segundo as normas do nosso Ministério da Defesa, os custos da matrícula, bem como os de manutenção no Brasil de estagiários estrangeiros, devem

ser cobertos pelo governo do país de origem, o que inviabiliza de antemão a participação de candidato granadino, uma vez que o governo local não dispõe de recursos para tanto. Em novembro de 2013, recebi outra visita naval, desta feita do "Almirante Saboia", a caminho do Haiti em missão de ressurgimento do contingente brasileiro da MINUSTAH.

Desde que assumi a Embaixada em Granada, mas sobretudo nos primeiros dois anos de minha gestão, recebi das autoridades locais as mais variadas demandas de cooperação e ajuda financeira do Brasil. Logo em meus primeiros contatos com o então Primeiro-Ministro, Tillman Thomas, e com vários integrantes de seu Gabinete, fui consultado, entre outros assuntos, sobre: a) possibilidade de estabelecimento de uma "fazenda modelo" em Granada, gerida pela EMBRAPA; b) doação pelo Brasil de implementos agrícolas para uso dos pequenos agricultores locais; c) participação e ajuda brasileira para a construção de moradias populares; d) cessão de pessoal médico (radiologista), ambulância e medicamentos para a rede de saúde pública de Granada; e) ajuda brasileira para a modernização do laboratório local de pesquisa agrícola. Por diversas razões, mas sobretudo devido a restrições orçamentárias ou por falta de amparo legal na legislação brasileira, não foi possível atender a nenhuma dessas solicitações.

Mais recentemente, em Novembro de 2014, a Embaixada foi consultada sobre a possibilidade de que o Brasil pudesse oferecer ajuda e cooperação técnica a Granada na área tributária: a solicitação foi inicialmente formulada pelo próprio Primeiro-Ministro Keith Mitchell, por ocasião de encontro que manteve em Washington, EUA, com o então Diretor-Executivo do Brasil no FMI, Senhor Paulo Nogueira Batista. Ciente de que nosso país contaria com um moderno e eficiente sistema de tributação, o Primeiro-Ministro granadino pretendia obter do Brasil uma cooperação na forma de consultoria e capacitação de pessoal, idealmente com a vinda a Granada de técnicos da Receita Federal do Brasil para ministrar cursos e sugerir melhorias no sistema de tributação utilizado por este país. Consultado sobre o assunto, o Coordenador de Relações Internacionais da Receita Federal (CORIN) salientou, em março de 2015, "que além de não existir previsão orçamentária para a prestação de assistência técnica em outros países, haveria dificuldade de ordem prática para a arrecadação federal caso se retirassem servidores da RFB de suas atribuições no Brasil por períodos prolongados". Portanto, essa solicitação granadina por cooperação também não foi atendida.

Como venho informando nos últimos anos, Granada é um país extremamente dependente da ajuda financeira internacional: com um PIB de apenas USD 850 milhões, e tendo uma economia pouco diversificada, com receitas externas provenientes apenas do turismo, remessas de dinheiro pela diáspora granadina residente nos Estados Unidos e Europa, e ocasional investimento estrangeiro no setor de hotelaria, é natural que assim seja. De fato, e talvez como consequência da generosa ajuda recebida da comunidade internacional após a devastação causada pelo Furacão Ivan - que literalmente destruiu o país na noite de 6 para 7 de setembro de 2004 – um dos principais objetivos de Granada no seu relacionamento externo é justamente a obtenção de ajuda financeira e cooperação técnica de governos estrangeiros e organismos multilaterais.

Desse ponto de vista, a República Popular da China é atualmente o principal parceiro internacional de Granada. Desde o reestabelecimento das relações diplomáticas, em 2005, Pequim vem se revelando parceiro dos mais generosos, tendo construído dois estádios e um conjunto de casas populares (mais de 400 unidades entregues até o final de 2014, com outras 600 já contratadas), além de executar obras de contenção de encostas, manter uma "fazenda modelo" para desenvolvimento de mudas de plantas, e oferecer cursos e viagens à China. Outro parceiro tradicional, a Venezuela, além do fornecimento de combustível subsidiado no âmbito da iniciativa "Petrocaribe", também financiou a construção de um conjunto habitacional com 120 casas populares (a "Vila Simón Bolívar", nos arredores de Saint George's), além de oferecer doações financeiras para obras pontuais pela ilha. Outro importante parceiro, Cuba, mantém vários projetos de cooperação e assistência técnica no país, com médicos, engenheiros e agrônomos trabalhando em Granada. O Governo cubano também oferece bolsas de estudo a cidadãos granadinos (a atual Chanceler deste país, Dra. Clarice Modeste-Curwen, é médica formada em Cuba). Já os Estados Unidos, aqui representados por um Encarregado de Negócios subordinado à Embaixada americana em Bridgetown, Barbados, têm presença mais discreta, contribuindo sobretudo com fornecimento de material de defesa e de prevenção de desastres naturais.

No que diz respeito aos parceiros menos tradicionais e que não mantêm embaixada residente em Granada, o exemplo do México é ilustrativo: no âmbito de sua recente política de aproximação com os países insulares do Caribe, em maio de 2014 foi inaugurado Consulado-honorário do México em Granada, em cerimônia presidida pelo

Embaixador daquele país residente em Santa Lúcia; na ocasião foi anunciada doação, pelo Governo mexicano, da quantia de USD 5 milhões para a construção da nova sede do Parlamento de Granada. A Índia, por sua vez, aqui representada pelo Embaixador residente em Trinidad e Tobago, patrocina um centro de treinamento e capacitação na área de informática, com doação de recursos financeiros e equipamento. Já o Japão, representado por sua Embaixada em Port of Spain, financiou a construção de um moderno centro pesqueiro na costa leste do país, no valor de USD 10 milhões (a contrapartida tem sido o apoio fiel de Granada, e outros países vizinhos, às posições japonesas sobre pesca e caça às baleias).

Nesse cenário, o Brasil se destaca pelo fato de não ter ainda desenvolvido nenhum projeto de cooperação técnica de vulto com Granada, e nem tampouco oferecido ajuda de qualquer espécie. Ultimamente, em meus contatos com interlocutores do governo local tenho ressaltado o fato de que nosso país passa por período de ajuste fiscal, o que acarreta necessariamente a adoção de medidas de contenção de gastos e inviabiliza, pelo menos no curto prazo, um engajamento brasileiro mais expressivo. Assim mesmo, devo assinalar que o imobilismo do Brasil neste país, contrariando as expectativas despertadas por ocasião da instalação da Embaixada em Saint Georges em 2009, vem ocasionando um crescente clima de constrangimento perante as autoridades locais.

A título de conclusão, permito-me sugerir que tão logo existam condições orçamentárias para tal, deva-se elaborar um projeto de cooperação de vulto com Granada, idealmente de longa duração e conduzido neste país, iniciativa que certamente daria maior visibilidade e substância à presença brasileira neste país. Nesse sentido, e como uma primeira ideia, destacaria o interesse do governo local em desenvolver a cultura da graviola, área em que o Brasil tem reconhecido "know-how" e certamente poderia aportar contribuição positiva. Além disso, e já de uma perspectiva mais idealista, sugeriria igualmente fosse estudada maneira de flexibilizar a legislação brasileira de tal modo que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) pudesse dispor de meios para conceder ajuda financeira concessional a Granada e outros países com perfil semelhante. Finalmente, creio que a implantação e consolidação da "zona franca" brasileira neste país, com investimentos e entrada de empresas do Brasil, poderá servir como valioso elemento de alavancagem de nossa presença em Granada, elevando o relacionamento bilateral para um outro patamar.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 74, de 2015
(Nº 421/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Os méritos do Senhor Zenik Krawctschuk que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00444/2015 MRE

Brasília, 17 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ZENIK KRAWCTSCHUK**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ZENIK KRAWCTSCHUK** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ZENIK KRAWCTSCHUK

CPF.: 859.243.348-72

ID.: 8127 MRE

1951 Filho de Petro Krawctschuk e Anna Krawctschuk, nasce em 5 de abril, em Tibagi/PR

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|--|
| 1970 | Filosofia pela Faculdades Associadas do Ipiranga/SP e Universidade de São Paulo/USP |
| 1976 | Mestrado em Filosofia Política pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma/Itália |
| 1981 | CPCD - IRBr |
| 1989 | CAD - IRBr |
| 2006 | CAE - IRBr A estratégia internacional de combate à lavagem de dinheiro. A política brasileira e a cooperação internacional na matéria. |

Cargos:

- | | |
|------|---|
| 1982 | Terceiro-Secretário |
| 1986 | Segundo-Secretário |
| 1992 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 2001 | Conselheiro, por merecimento |
| 2006 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 2011 | Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial |

Funções:

- | | |
|-----------|--|
| 1983-85 | Divisão da Europa II, assistente |
| 1983 | Feira Internacional da Bulgária, Diretor do pavilhão do Brasil |
| 1984 | Feira Internacional de Bens de Consumo na Bulgária, Diretor pavilhão do Brasil |
| 1984 | Feira de Produtos Brasileiros em Moscou, Diretor |
| 1985-88 | Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto |
| 1988-89 | Divisão de Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, assistente |
| 1989-90 | Divisão de Serviços Gerais, Chefe, substituto |
| 1990-92 | Vice-Presidência da República, Assessor, Chefe de Administração |
| 1992-94 | Presidência da República, Diretor-Geral de Administração e Subsecretário-Geral |
| 1994-95 | Presidência da República, Ministro de Estado, interino, da Secretaria-Geral |
| 1995-97 | Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário |
| 1997-98 | Missão junto à OEA, Washington, Primeiro-Secretário |
| 1998-2001 | Embaixada no Panamá, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado |
| 1999 | I Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação na Luta Antidrogas entre UE-ALC, Panamá, Chefe de delegação |
| 2001-03 | Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, assistente e assessor |
| 2001 | Conselho Nacional Antidrogas, Conselheiro |
| 2001 | III Reunião do Grupo de Coordenadores da CICAD/OEA sobre o problema do deslocamento de cultivos e pessoas, Caracas, Chefe de delegação |
| 2002 | III Reunião do GT sobre Armas do Mercosul, Buenos Aires, Chefe de delegação |
| 2003-07 | Embaixada em Roma, Conselheiro e Ministro-Conselheiro |
| 2007-10 | Embaixada em Kiev, Ministro-Conselheiro |
| 2010 | Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios |
| 2011- | Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador |

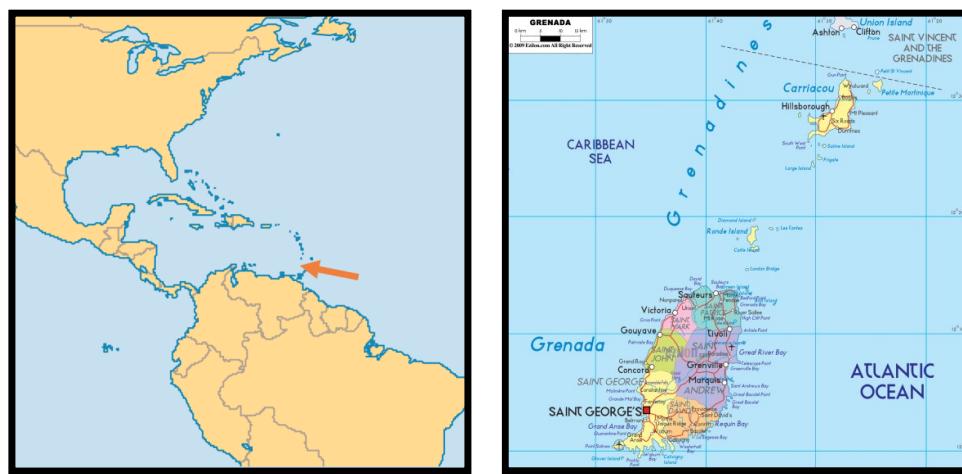
Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1994 | Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil |
| 2004 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador |
| 2012 | Medalha do Mérito Comunitário, Polícia Militar do Estado de São Paulo |
| 2014 | Diploma Colaborador Emérito do Exército, Brasil |
| 2014 | Cruz das Forças Armadas, República de Honduras |

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do Caribe

GRANADA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Granada
CAPITAL:	Saint George's

ÁREA:	345 km ²
POPULAÇÃO:	108.419
IDIOMA OFICIAL:	Inglês (crioulos do francês e do inglês são línguas regionalmente reconhecidas)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (53%), anglicanismo (13,8%), outras denominações protestantes (33,2%)
REGIME/SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista (membro da "Commonwealth")
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral, composto pela Câmara Baixa ("House of Representatives") e pelo Senado ("Senate")
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Cécile La Grenade
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Keith Claudius Mitchell
CHANCELER:	Clarice Modeste-Curwen
PIB NOMINAL (FMI, 2013):	US\$ 836 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP - FMI, 2013):	US\$ 1,22 bilhão
PIB PER CAPITA (FMI, 2013, est.):	US\$ 7.904,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2013, est.):	US\$ 11.665,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,6% (2013); -1,1% (2012); 0,76% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013)	0,770/ 63º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA:	76,1 anos
ALFABETIZAÇÃO:	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	29% (estatísticas do Ministério das Finanças de Granada)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe Oriental (1 USD=2,7 XCD)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 10 brasileiros com residência fixa em Granada

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ Milhões FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Granada	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	4,72	6,25	6,87	6,13	7,19	8,82	8,15	7,78	8,22
Exportações	4,72	6,24	6,80	6,10	7,18	8,81	8,15	7,78	8,22
Importações	0	0,01	0,07	0,02	0,01	0,01	--	--	--
Saldo	4,72	6,23	6,83	6,08	7,17	8,00	8,15	7,78	8,22

Perfis Biográficos

CÉCILE ELLEN FLEURETTE LA GRENADE GOVERNADORA-GERAL



Cécile La Grenade nasceu em 30 de dezembro de 1952, em Granada. Graduou-se em Química pela "University of the West Indies" e concluiu Mestrado e Doutorado em engenharia de alimentos no "College Park" da Universidade de Maryland. Em 1992, após a morte de sua mãe, assumiu a liderança dos negócios da "De la Grenade Industries Ltd.", empresa da família e principal indústria local de derivados de noz-moscada e outros produtos alimentícios. Em 7 de maio de 2013, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Governadora-Geral de Granada.

**KEITH CLAUDIUS MITCHELL
PRIMEIRO-MINISTRO**



Keith Mitchell nasceu em 12 de novembro de 1946, em Granada. Formou-se, em 1971, em Química e Matemática pela "University of the West Indies". Obteve Mestrado, em 1975, pela "Howard University", e Doutorado em Matemática e Estatística, em 1979, pela "American University".

Sua carreira política iniciou-se em 1984, quando foi eleito, pelo "New National Party", para a Câmara Baixa do Parlamento pelo distrito de St. George North West. Tornou-se Primeiro-Ministro em junho de 1995, função que exerceu até 2008. Entre 2008 e 2013, foi líder da oposição. Com a vitória de seu partido nas eleições parlamentares, retomou o cargo de Primeiro-Ministro em 20 de fevereiro de 2013.

**CLARICE MODESTE-CURWEN
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**



Formada em medicina pela Universidade de Havana, em 1986, Clarice Modeste-Curwen especializou-se em oftalmologia. Trabalhou no Hospital Geral de Saint Georges a partir de 1989. De 1996 a 1998, foi Professora na "Saint Georges University", tendo ingressado na vida pública em 1999, ano em que foi eleita pela primeira vez como parlamentar pelo distrito de Saint Marks. Ocupava o cargo de Ministra da Saúde e Seguridade Social até assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1º de dezembro de 2014.

Relações Bilaterais

Brasil e Granada estabeleceram relações diplomáticas em agosto de 1976 (dois anos após a independência da ilha), por meio do Decreto nº 78.227, que criou a embaixada cumulativa (não residente) do Brasil em Granada. A representação cumulativa brasileira era inicialmente sediada em Trinidad e Tobago, depois passando para a Guiana. Em 2008, foi criada a Embaixada brasileira residente na capital de Granada, Saint George's.

Os principais temas da agenda bilateral têm sido a prestação de cooperação técnica e a coordenação política. Verifica-se, ainda, potencial de promoção de investimentos e do turismo.

Em 2006, o então Chanceler Celso Amorim realizou visita a Granada e assinou Acordo de Cooperação Técnica com o país caribenho. Por ocasião da I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em abril de 2010, foi assinado acordo bilateral de cooperação cultural.

Em junho de 2013, o então Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, manteve encontro bilateral com o Chanceler Nickolas Steele, à margem da Assembleia-Geral da OEA. Na ocasião, o Ministro brasileiro convidou o Chanceler a visitar o Brasil. Em 21 de maio de 2014, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo Machado, manteve encontro com seu homólogo granadino em Georgetown, à margem da XVII Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM (COFCOR).

Em 9 de junho de 2014, o então Chanceler Nickolas Steele realizou visita oficial ao Brasil. Em Brasília, participou de reuniões com o Ministro das Relações

Exteriores, o Ministério da Saúde e a Embratur; em São Paulo, manteve contatos com o intuito de promover o país como destino turístico e de investimentos.

Cooperação Técnica

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem apoiado a implementação de iniciativas de cooperação na área agrícola com Granada, entre elas: "Capacitação em Associativismo e Desenvolvimento de Cadeia de Valor para Acesso ao Mercado Doméstico em Granada", "Capacitação para Serviço de Extensão para Trabalhadores de Extensão de Granada" e "Oficina e Elaboração de Plano de Ação para o Desenvolvimento de Cadeia de Valor para o Mercado Doméstico em Granada".

Discute-se, ainda, desde 2013, a realização da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos", abrangendo 14 países da região do Caribe. O projeto teve início em 20 e 24 de outubro de 2015, com a primeira visita técnica ao Brasil de delegados dos países caribenhos participantes. A visita teve o objetivo de capacitar técnicos caribenhos na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos. Participaram da capacitação dez delegações, entre elas a de Granada.

Também em benefício dos países da CARICOM, realiza-se, em Dominica, entre março e maio de 2015, curso em hidrometeorologia. Durante o segundo semestre de 2015, será realizado, em Barbados, curso em hidrogeologia, que complementará aspectos do curso anterior.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente em Granada é de 10 pessoas. Além disso, há ocasionais turistas brasileiros, na maioria das vezes a bordo de pequenos veleiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros a Granada.

Política Interna

Membro da "Commonwealth" – a "Comunidade de Nações", antiga "Comunidade Britânica", Granada adota sistema de governo parlamentarista, tendo como Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada localmente por um Governador-Geral, atualmente Cecile La Grenade, cujas funções são de representação. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do partido que obtiver a maioria dos assentos nas eleições parlamentares. O Parlamento é composto pelo Senado, com 13 membros (sendo 10 indicados pelo partido governista e 3 pela oposição) e pela Câmara Baixa ("House of Representatives"), com 15 membros eleitos pelo voto popular, para mandato de 5 anos.

A partir da intervenção militar norte-americana, em 1983, e a subsequente queda do regime revolucionário comunista instaurado em 1979, os dois principais partidos têm-se alternado no poder: o "National Democratic Congress" (NDC) e o "New National Party" (NNP). A partir dos resultados das respectivas eleições, o NNP assumiu o poder nos exercícios de 1984 a 1990, de 1995 a 2008 e de 2013 até hoje; o NDC liderou o país de 1990 a 1995 e de 2008 a 2013. Nas eleições de 2013, o NNP conquistou todos os assentos da Câmara Baixa e seu líder, Keith Mitchell, que já fora Primeiro-Ministro entre 1995 e 2008, foi reconduzido ao cargo.

Em resposta aos efeitos da crise econômica internacional sobre a economia granadina, a plataforma política do NNP comprometeu-se com a estabilização econômica, por meio de revisão do sistema de elaboração do orçamento, reforma fiscal, concessão de estímulos à iniciativa privada e nova política de atração de investimentos externos.

Em 13 de novembro de 2014, o Primeiro-Ministro anunciou o remanejamento do Gabinete Ministerial e da composição do Senado, a partir do dia 1º de dezembro de 2014. A Doutora Clarice Modeste-Curwen, então titular da pasta da Saúde, foi a primeira mulher a ser nomeada para chefiar a Chancelaria granadina.

Política Externa

A política externa de Granada pauta-se por manter alianças com parceiros tradicionais, como países do CARICOM, Estados Unidos e instituições multilaterais, e desenvolver novas parcerias, a exemplo de Cuba, países sul-americanos e China.

Granada é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), da Associação dos Estados do Caribe (AEC), da Petrocaribe e da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial e abrigam boa parte da diáspora granadina. Além disso, estudantes norte-americanos de medicina são responsáveis por parte significativa das receitas da Universidade de St. George's, maior instituição empregadora do país. Juntamente com seus vizinhos

caribenhos, Granada participa do recente exercício de parceria com os Estados Unidos na área de energia, lançado em 2014 (Iniciativa para Segurança Energética do Caribe - CESI). Por fim, o ingresso de turistas norte-americanos e o apoio da agência de cooperação dos EUA (USAID) após a intervenção de 1983 constituem importantes fontes de recursos para Granada.

Em outubro de 2013, o Primeiro-Ministro fez apresentação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial sobre medidas que seu governo pretendia adotar para possibilitar a assinatura de um acordo de ajuste estrutural com aquele organismo, no formato de uma "extended credit facility". O acordo foi finalmente aprovado pela Diretoria-Executiva do Fundo em 26 de junho de 2014, tendo vigência de 3 anos e disponibilizando US\$ 21,9 milhões para Granada.

Entre os novos parceiros, a China tem destinado elevadas quantias para financiar projetos locais, como a reforma do Estádio Nacional de Esportes, de monumentos e centros comunitários. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 2005, os chineses também passaram a fornecer equipamentos agrícolas e prestar assistência técnica para a melhoria de sementes e cultivos em Granada. Em 2013, a China concedeu ajuda financeira emergencial no montante de US\$ 8,7 milhões. Pequim comprometeu-se ainda com o programa de construção de mil casas populares e financiamento de diferentes projetos locais com recursos que ultrapassam o montante de US\$ 40 milhões. Em fevereiro de 2015, o Governo granadino anunciou que a China financiará, adicionalmente, a construção de 600 casas populares no país.

Em matéria de cooperação técnica, Cuba e Venezuela têm se destacado, ao implementar projetos para a reforma de praças e prédios públicos, construção de casas populares, instalação de painéis solares em habitações de baixa renda, formação educacional e apoio ao setor da saúde. A Venezuela, em particular, é o segundo maior provedor de cooperação e ajuda financeira do país, atrás apenas da China. Além disso, Granada é beneficiária da Petrocaribe, que garante o fornecimento venezuelano de petróleo e derivados com financiamento facilitado. Estima-se que a dívida granadina no âmbito da Petrocaribe esteja em torno de 11% do PIB do país.

Em seu discurso de posse, em março de 2013, o Primeiro-Ministro Mitchell ressaltou que sua administração pretende implementar uma política exterior com ênfase na cooperação Sul-Sul. Assinalou como uma das prioridades de seu governo dinamizar as relações de Granada com a América do Sul, especificamente com o Brasil, a Argentina e o Chile.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais pilares da estrutura econômica de Granada são: (i) turismo, que, junto com demais serviços, responde por 78,5% do PIB; (ii) remessas de emigrados, que representam 2/3 da população nativa da ilha; e (iii) agricultura de exportação, principalmente noz moscada (2º maior produtor do mundo) e cacau. Após sentir os efeitos da crise econômica mundial, com crescimento do PIB de -

0,5% em 2010, 0,7% em 2011 e -1,1% em 2012, a economia granadina registrou crescimento de 2,6% em 2013, e o FMI estima expansão de 1,5% do PIB em 2014 e 2015.

Do ponto de vista da política macroeconômica, o maior desafio do país tem sido o financiamento dos déficits orçamentários e da dívida. O estoque total da dívida pública do país atinge atualmente o montante de US\$ 948 milhões (113% do PIB). Granada está em vias de concluir acordos de restruturação com Taiwan (dívida de US\$ 35 milhões) e com fundos de investimento privados (US\$ 198 milhões). Como principal diretriz para 2015, a administração do Primeiro-Ministro Mitchell continuará a seguir o compromisso voluntário do governo com o FMI, que possibilitou a assinatura do acordo de "extended credit facility". De acordo com o Primeiro-Ministro, além de disponibilizar crédito de US\$ 21,9 milhões, o acordo permitirá ao governo local captar outros US\$ 100 milhões por meio de empréstimos e subvenções junto a parceiros internacionais.

Medidas de contenção orçamentária já haviam sido adotadas em 2014, quando o piso de vencimentos para efeitos de cobrança do Imposto de Renda sobre pessoa física foi reduzido de US\$ 22 mil por ano para US\$ 13 mil; passou a ser cobrada "taxa de pernoite" para turistas, no valor de US\$ 5 por dia; e houve majoração dos impostos sobre o valor de propriedades rural e imobiliária, do patamar de 0,1% para 0,3%. Estabeleceu-se, ademais, um programa de "concessão de cidadania mediante investimento", que geram, segundo estimativa do Governo, recursos da ordem de US\$ 30 milhões/ano. Prevê-se que 40% do orçamento de 2015 será dedicado ao pagamento do serviço da dívida pública.

Os índices de inflação têm seguido trajetória de queda: 4,2% em 2010, 3,5% em 2011, 1,8% em 2012 e deflação em 2013 (-1,2%), com previsões do FMI de continuidade da redução generalizada dos preços para 2014 e 2015.

Comércio exterior total

As exportações granadinas de bens evoluíram de US\$ 30,3 milhões, em 2004, para alcançar o nível de US\$ 47,0 milhões, em 2013¹. Em termos relativos, o crescimento registrado nesse período foi de 55%. Os Estados Unidos ocupam, tradicionalmente, a posição de principal destino para as exportações de Granada, com participação de 21,9% sobre o total de 2013. Citam-se, ainda, os seguintes mercados de destino: Malásia (17,8%); Alemanha (14,8%); Países Baixos (9,9%); Dominica (5,5%); França (4,3%). O Brasil foi o 65º destino. Foram os seguintes os principais grupos de produtos exportados por Granada, em 2013: café e noz moscada (34,4%); cobre e manufaturas (16,7%); peixes e crustáceos (15,6%); malte e amidos (5,3%); cacau e preparações (4,5%); papel e manufaturas (3,8%); ferro ou aço (2,8%); farelo de soja e resíduos alimentares (2,0%); ouro e pedras preciosas (1,4%); bebidas (1,2%).

¹ No que tange a Granada, os últimos registros de comércio disponíveis na base de dados do Trademap (base de dados da UNCTAD e da OMC), em 24 de abril de 2015, referiam-se ano de 2013.

Granada - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 4	30,3	243,1	273,4	-212,8
2 0 0 5	36,3	292,7	329,0	-256,4
2 0 0 6	30,6	279,3	309,9	-248,7
2 0 0 7	54,8	293,5	348,3	-238,7
2 0 0 8	42,1	310,2	352,3	-268,1
2 0 0 9	36,1	205,2	241,3	-169,1
2 0 1 0	29,6	209,3	238,8	-179,7
2 0 1 1	39,5	171,2	210,7	-131,7
2 0 1 2	40,4	169,6	210,0	-129,2
2 0 1 3	47,0	183,5	230,5	-136,5

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap abril de 2015.

As importações de Granada sofreram decréscimo de 24,5% no período, considerando que passaram de US\$ 243,1 milhões, em 2004, para o valor de US\$ 183,5 milhões, em 2013. Ainda com relação a 2013, foram os seguintes os principais supridores da demanda externa de Granada: Estados Unidos (51,9% do total); Barbados (5,7%); Reino Unido (4,8%). O Brasil, por seu turno, foi o quarto fornecedor do país, com 4,2%. No que concerne à sua composição, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados em 2013: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (9,1%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (7,1%); carnes (6,4%); veículos e autopeças (6,3%); cereais (4,5%); móveis; mobiliário médico-cirúrgico (4,5%); madeiras (3,6%); plásticos e manufaturas de plástico (3,2%); leite e laticínios (3,1%); produtos diversos da indústria química (3,1%).

Nessas condições, em relação a 2013, o déficit comercial do país atingiu o patamar de US\$ 136,5 milhões.

Comércio exterior bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, no decênio 2005-2014 o comércio entre os dois países cresceu 60,6% passando de US\$ 5,122 milhões, para US\$ 8,224 milhões. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou aumento de 5,6%. Historicamente o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, isto porque, boa parte das trocas comerciais é representada pelas exportações brasileiras. Nos últimos três anos os superávits foram de US\$ 8,150 milhões (2012); US\$ 7,783 milhões (2013); e US\$ 8,220 milhões (2014). De janeiro a março de 2015 o fluxo comercial somou US\$ 2,115 milhões, um aumento de 18,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

As exportações nos últimos dez anos cresceram 60,5% evoluindo de US\$ 5,122 milhões, em 2005, para US\$ 8,222 milhões em 2014. De 2013 para 2014, as vendas aumentaram 5,6%, motivadas pelo crescimento das exportações de carnes de frango. De janeiro a março de 2015 os embarques destinados a Granada somaram US\$ 2,100 milhões, um crescimento de 17,3% em relação aos três primeiros meses de 2014. Esse aumento pode ser explicado em virtude do crescimento das exportações de carnes de frango e de preparações e conservas de carnes de bovino. Os principais produtos exportados do Brasil para Granada, em 2014, foram: *i)* carne de frango (valor de US\$ 6,051 milhões, equivalentes a 73,6%

do total); *ii)* madeiras compensadas (US\$ 657 mil; 8,0%); *iii)* ladrilhos de cerâmica (US\$ 332 mil; 4,0%); *iv)* conservas de carne de bovino (US\$ 234 mil; 2,9%); e *v)* aparelhos de telefonia celular (valor de U\$ 148 mil, equivalentes a 1,8% do montante total).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias de Granada aumentaram quase doze vezes, passando de US\$ 183, em 2005, para US\$ 2,141 mil, em 2014. Nos anos de 2006 e 2013, não houve registro de compras brasileiras desse país. O melhor desempenho das importações ocorreu em 2008 (valor de US\$ 71 mil), quando o Brasil adquiriu motores diesel e suas partes. Em 2009, as importações de aparelhos de radionavegação e de injetores para motores totalizaram US\$ 25 mil. Em 2010 e 2011, as aquisições foram muito discretas (US\$ 7,5 mil e; 10,2 mil). Em 2012, as compras limitaram-se a US\$ 650. Em relação ano de 2014, as importações somaram US\$ 2,1 mil, e foram adquiridos processadores de memórias digitais e bombas volumétricas rotativas. Entre janeiro e março de 2015, as compras de obras de ferro fundido, ferro ou aço; válvulas de expansão termostáticas e de bombas injetoras de combustíveis somaram US\$ 14,6 mil.

Evolução do intercâmbio comercial com Granada - US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	5.122	63,3%	0,00%	0,18	-99,8%	0,00%	5.122	58,3%	0,00%	5.122
2006	4.729	-7,7%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	4.729	-7,7%	0,00%	4.729
2007	6.245	32,1%	0,00%	14,54	100,0%	0,00%	6.260	32,4%	0,00%	6.231
2008	6.804	8,9%	0,00%	71,39	390,8%	0,00%	6.875	9,8%	0,00%	6.733
2009	6.107	-10,2%	0,00%	25,63	-64,1%	0,00%	6.133	-10,8%	0,00%	6.081
2010	7.187	17,7%	0,00%	7,51	-70,7%	0,00%	7.194	17,3%	0,00%	7.179
2011	8.812	22,6%	0,00%	10,22	36,1%	0,00%	8.822	22,6%	0,00%	8.802
2012	8.150	-7,5%	0,00%	0,65	-93,6%	0,00%	8.151	-7,6%	0,00%	8.150
2013	7.783	-4,5%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	7.783	-4,5%	0,00%	7.783
2014	8.222	5,6%	0,00%	2,14	100,0%	0,00%	8.224	5,7%	0,00%	8.220
2015 (jan-mar)	2.100	17,3%	4,91%	14,64	100,0%	0,03%	2.115	18,2%	2,32%	2.086
Var. % 2005-2014	60,5%	---		1069,9%	---		60,6%	---		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.a.) Critério não aplicável. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Cronologia histórica

1498	Cristóvão Colombo chega à ilha, então habitada por índios caraíbas.
1650	Franceses colonizam a ilha.
1763	Granada torna-se colônia britânica.
1974	Conquista da independência, sob a liderança de Eric Gaury, do Partido Trabalhista Unido de Granada (Gulp), que assume o cargo de Primeiro-Ministro.

1979	Maurice Bishop depõe Gaury, suspende a Constituição e passa a governar por decreto; o novo Governo adota governo de tendência socialista e estreita relações com Cuba.
1983	Bishop é destituído e fuzilado em golpe da ala radical socialista do Governo, liderada pelo General Hudson e pelo Vice-Primeiro-Ministro Bernard Coard.
1984	Intervenção militar comandada pelos Estados Unidos derruba o governo de Hudson e Coard e põe fim ao regime socialista. Nicholas Braithwaite, do "National Democratic Congress" (NDC), assume como Primeiro-Ministro provisório.
1984	O "New National Party" (NNP) vence as eleições. Herbert Balize, líder do NNP, assume como Primeiro-Ministro.
1990	O "National Democratic Congress" (NDC) vence as eleições. Braithwaite assume novamente como Primeiro-Ministro.
1995	O NNP retoma a maioria no Congresso. Keith Mitchell inicia seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro.
2004	O país é devastado pelo furacão Ivan, que causou 37 mortes.
2007	Tribunal de apelações, no Reino Unido, revoga as sentenças impostas aos envolvidos na morte de Bishop; dos 13 réus, dez recebem pena de prisão, a ser cumprida até 2010, e os outros três são libertados.
2008	Tillman Thomas (NDC) vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
2013	O NNP obtém vitória expressiva nas eleições para a Câmara baixa e Mitchell assume novamente como Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1976	Brasil e Granada estabelecem relações diplomáticas, por meio do Decreto nº 78227.
2006	Visita do Chanceler Celso Amorim a Granada e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica
2007	Concessão de “agrément” do Governo brasileiro, em 14 de junho de 2007, ao Senhor Richard Paul James Mc Phail como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo brasileiro, com residência em Caracas.
2008	Criação da Embaixada do Brasil em Saint George’s, pelo decreto 6.612, de 22 de outubro de 2008.
2009	Vista do Ministro dos Negócios Exteriores, Peter David, e da Secretária-Executiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros granadinos a São Paulo e Brasília.
2014	Visita oficial do então Chanceler granadino, Nickolas Steele, ao Brasil.
2015	Congresso Nacional aprova Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Granada.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica	24/04/2006	19/02/2010	19/02/2010
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada	26/04/2010	Aprovada pelo Congresso Nacional em julho/2015. Aguarda ratificação.	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

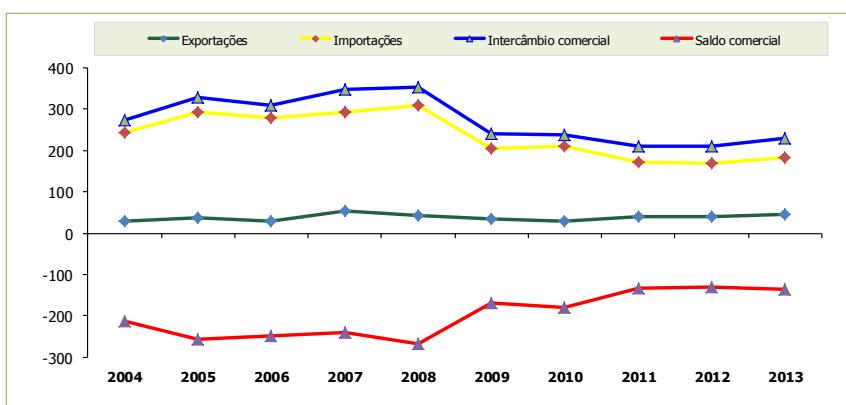
Evolução do Comércio Exterior de Granada⁽¹⁾ US\$ milhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2004	30,3	-41,0%	243,1	23,3%	273,4	10,0%	-212,8
2005	36,3	19,6%	292,7	20,4%	328,9	20,3%	-256,4
2006	30,6	-15,8%	279,3	-4,6%	309,9	-5,8%	-248,8
2007	54,8	79,3%	293,5	5,1%	348,3	12,4%	-238,7
2008	42,1	-23,1%	310,2	5,7%	352,3	1,2%	-268,1
2009	36,1	-14,4%	205,2	-33,9%	241,2	-31,5%	-169,1
2010	29,6	-2,5%	209,3	-13,9%	238,8	-12,7%	-179,7
2011	39,5	33,6%	171,2	-18,2%	210,7	-11,8%	-131,7
2012	40,4	2,2%	169,6	-0,9%	209,9	-0,3%	-129,2
2013 ⁽²⁾	47,0	16,4%	183,5	8,2%	230,5	9,8%	-136,5
Var. % 2004-2013		55,0%	---	-24,5%	---	-15,7%	---
n.c.							

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



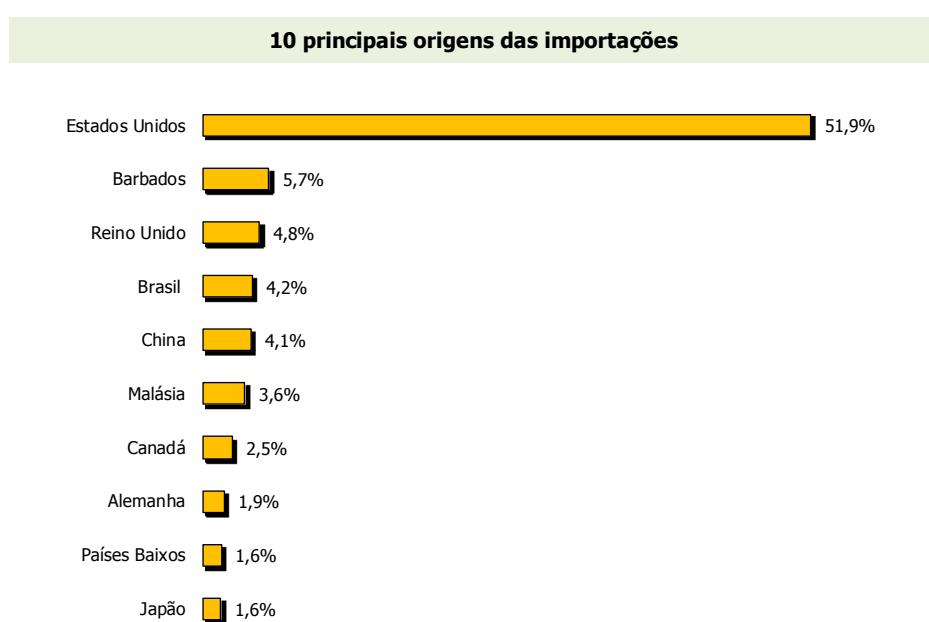
Direção das Exportações de Granada US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Estados Unidos	10,28	21,9%
Malásia	8,39	17,8%
Alemanha	6,95	14,8%
Países Baixos	4,63	9,9%
Dominica	2,61	5,5%
França	2,03	4,3%
Canadá	1,85	3,9%
Antigua e Barbuda	1,60	3,4%
Áustria	1,54	3,3%
Barbados	1,43	3,0%
...		
Brasil (65ª posição)	0,002	0,0%
Subtotal	41,29	87,9%
Outros países	5,70	12,1%
Total	46,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 24/04/2015.



Origem das Importações de Granada US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Estados Unidos	95,32	51,9%
Barbados	10,40	5,7%
Reino Unido	8,90	4,8%
Brasil	7,78	4,2%
China	7,57	4,1%
Malásia	6,67	3,6%
Canadá	4,66	2,5%
Alemanha	3,40	1,9%
Países Baixos	2,97	1,6%
Japão	2,89	1,6%
Subtotal	150,56	82,0%
Outros países	32,96	18,0%
Total	183,52	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 24/04/2015.



Composição das exportações de Granada US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Café, chá, mate e especiarias	16,17	34,4%
Cobre	7,84	16,7%
Pescados	7,33	15,6%
Malte/amidos	2,49	5,3%
Cacau	2,10	4,5%
Papel	1,80	3,8%
Ferro e aço	1,30	2,8%
Resíduos das indústrias alimentares	0,96	2,0%
Ouro e pedras preciosas	0,68	1,4%
Bebidas	0,55	1,2%
Subtotal	41,22	87,7%
Outros	5,77	12,3%
Total	46,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 24/04/2015.



Composição das importações de Granada US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Máquinas mecânicas	16,71	9,1%
Máquinas elétricas	13,05	7,1%
Carnes	11,70	6,4%
Automóveis	11,63	6,3%
Cereais	8,34	4,5%
Móveis	8,21	4,5%
Madeira	6,63	3,6%
Plásticos	5,90	3,2%
Leite/ovos/mel	5,75	3,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	5,68	3,1%
Subtotal	93,59	51,0%
Outros	89,93	49,0%
Total	183,52	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

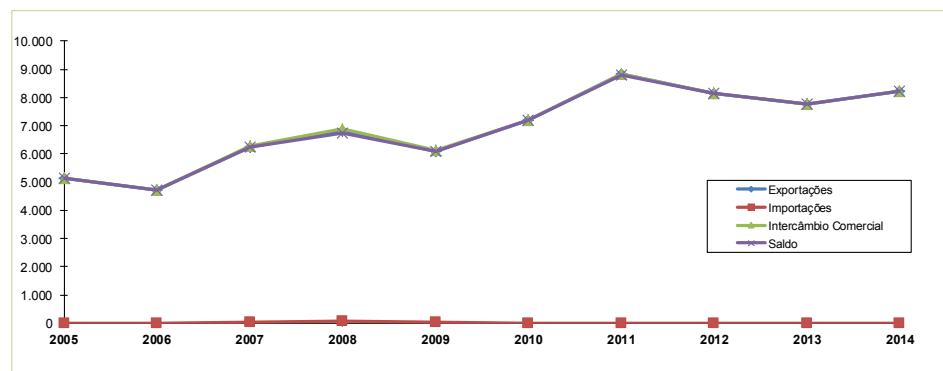


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Granada US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2005	5.122	63,3%	0,00%	0,18	-99,8%	0,00%	5.122	58,3%	0,00%	5.122
2006	4.729	-7,7%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	4.729	-7,7%	0,00%	4.729
2007	6.245	32,1%	0,00%	14,54	100,0%	0,00%	6.260	32,4%	0,00%	6.231
2008	6.804	8,9%	0,00%	71,39	390,8%	0,00%	6.875	9,8%	0,00%	6.733
2009	6.107	-10,2%	0,00%	25,63	-64,1%	0,00%	6.133	-10,8%	0,00%	6.081
2010	7.187	17,7%	0,00%	7,51	-70,7%	0,00%	7.194	17,3%	0,00%	7.179
2011	8.812	22,6%	0,00%	10,22	36,1%	0,00%	8.822	22,6%	0,00%	8.802
2012	8.150	-7,5%	0,00%	0,65	-93,6%	0,00%	8.151	-7,6%	0,00%	8.150
2013	7.783	-4,5%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	7.783	-4,5%	0,00%	7.783
2014	8.222	5,6%	0,00%	2,14	100,0%	0,00%	8.224	5,7%	0,00%	8.220
2015 (jan-mar)	2.100	17,3%	4,91%	14,64	100,0%	0,03%	2.115	18,2%	2,32%	2.086
Var. % 2005-2014	60,5%	---		1069,9%	---		60,6%	---		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(n.a.) Critério não aplicável.

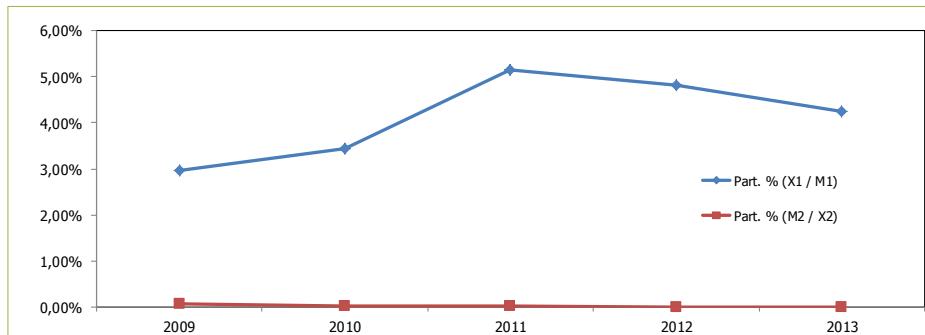
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

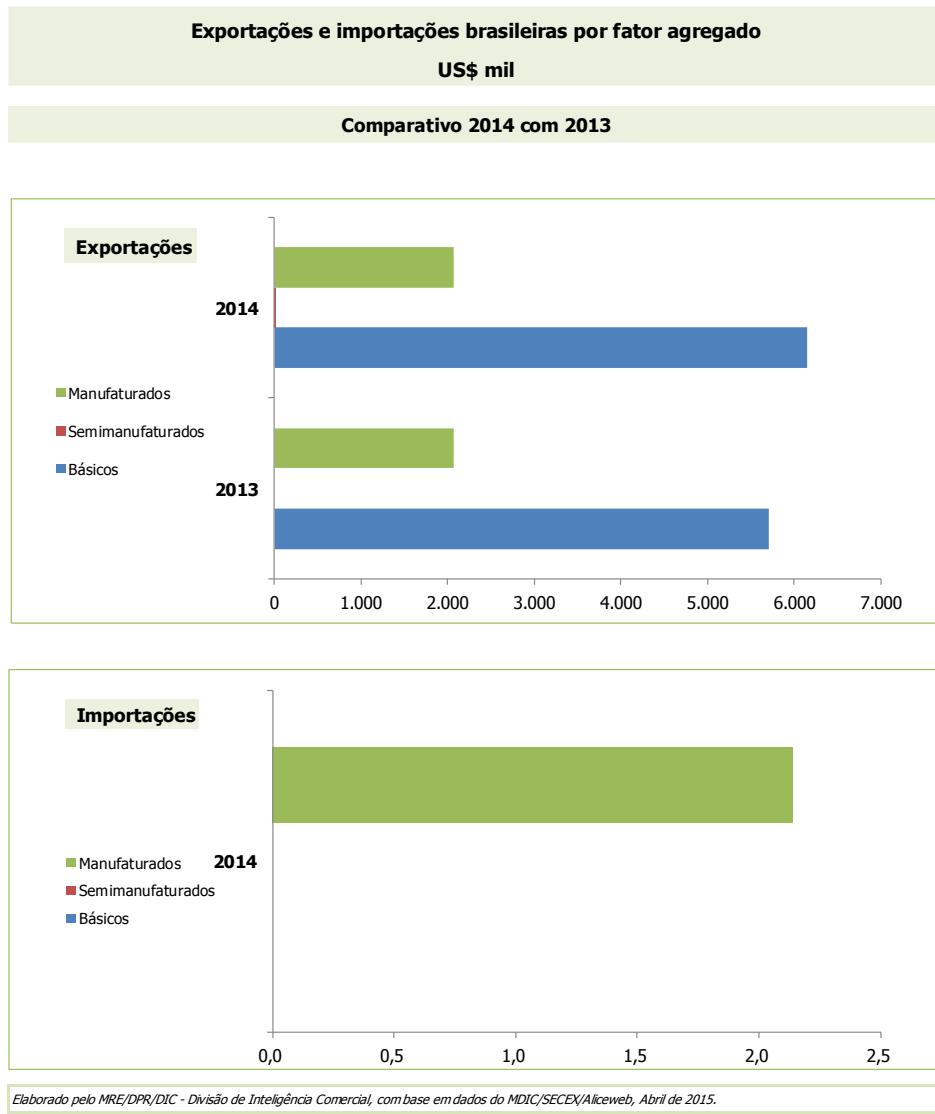


Part. % do Brasil no Comércio de Granada⁽¹⁾ US\$ mil						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Granada (X1)	6.107	7.187	8.812	8.150	7.783	27,5%
Importações totais de Granada (M1)	205.181	209.255	171.165	169.550	183.518	-10,6%
Part. % (X1 / M1)	2,98%	3,43%	5,15%	4,81%	4,24%	42,5%
Importações do Brasil originárias de Granada (M2)	25,63	7,51	10,22	0,65	0,00	-100,0%
Exportações totais de Granada (X2)	36.057	29.560	39.488	40.368	46.989	30,3%
Part. % (M2 / X2)	0,07%	0,03%	0,03%	0,00%	0,00%	-100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

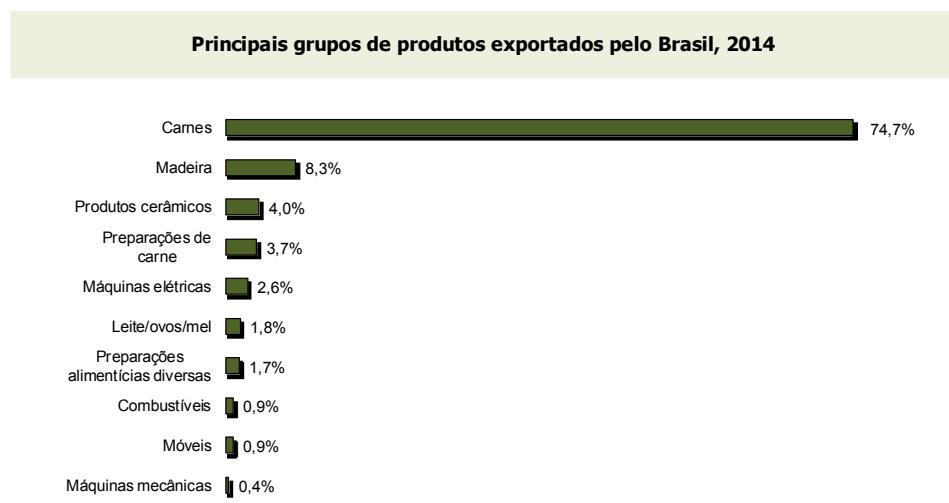
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.





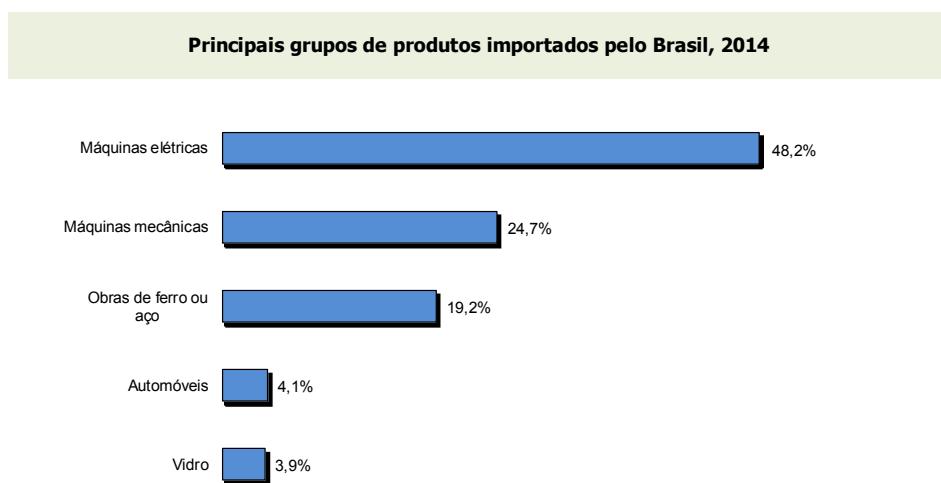
Descrição	2012			2013			2014		
	Valor	Part.% no total							
Carnes	6.348	77,9%	5.706	73,3%	6.142	74,7%			
Madeira	519	6,4%	653	8,4%	686	8,3%			
Produtos cerâmicos	330	4,0%	357	4,6%	332	4,0%			
Preparações de carne	345	4,2%	390	5,0%	307	3,7%			
Máquinas elétricas	44	0,5%	231	3,0%	218	2,6%			
Leite/ovos/mel	331	4,1%	125	1,6%	147	1,8%			
Preparações alimentícias diversas	120	1,5%	171	2,2%	137	1,7%			
Combustíveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	78	0,9%			
Móveis	19	0,2%	52	0,7%	76	0,9%			
Máquinas mecânicas	0,1	0,0%	39	0,5%	35	0,4%			
Subtotal	8.056	98,9%	7.724	99,2%	8.158	99,2%			
Outros produtos	94	1,1%	59	0,8%	63	0,8%			
Total	8.150	100,0%	7.783	100,0%	8.222	100,0%			

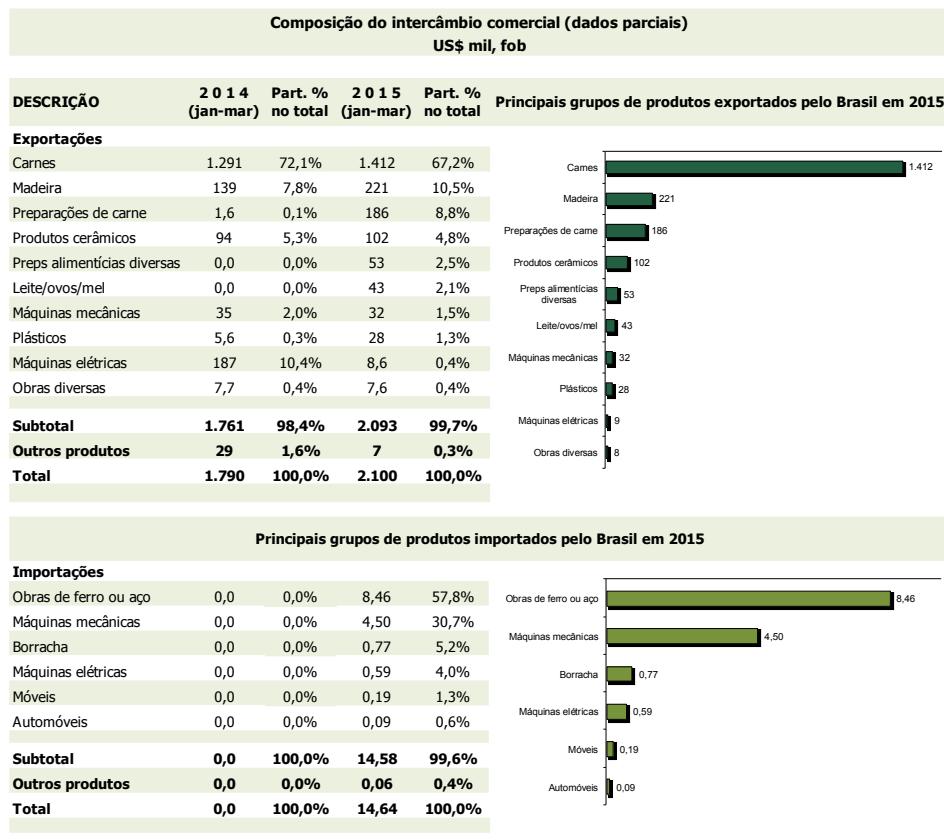
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.



Descrição	Composição das importações brasileiras originárias de Granada US\$ mil, fob								
	2012	2013	2014	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,00	0,0%		1,03	48,2%		
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,53	24,7%		
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,41	19,2%		
Automóveis	0,65	100,0%	0,00	0,0%		0,09	4,1%		
Vidro	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,08	3,9%		
Subtotal	0,65	100,0%	0,00	100,0%		2,14	100,0%		
Outros produtos	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,00	0,0%		
Total	0,65	100,0%	0,00	100,0%		2,14	100,0%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 484 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excellentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

2^a PARTE - SABATINA

2



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PARECER N° , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 80, de 2015 (Mensagem nº 475, de 11 de novembro de 2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Nascido em Ipueiras, Ceará, em 18 de agosto de 1950, filho de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa Barros de Carvalho e Mello Mourão, ingressou em 1976 na carreira diplomática, no posto de Terceiro-Secretário. Concluiu em 1981 o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático do Instituto Rio Branco e, em 1991, o Curso de Altos Estudos da mesma instituição, quando defendeu tese intitulada “A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil”.

O ilustre diplomata ascendeu a Conselheiro em 1988; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e finalmente foi promovido a Ministro de Primeira Classe, em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as Coordenador de Ensino e Diretor do Instituto Rio Branco, entre 1987 e 1990; Assessor Especial da Secretaria-Geral, de 2004 a 2005; Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, de 2005 a 2006; Diretor do Departamento do México, América Central e Caribe, entre 2006 e 2010; e Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, de 2013 até o presente.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Londres, de 1990 a 1993; Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, de 1993 a 1996; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Paris, de 1996 a 2001; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lisboa, de 2001 a 2004; Enviado Especial para Assuntos da MINUSTAH em missão transitória, na Embaixada em Porto Príncipe, em 2004; e Embaixador em Copenhague, cumulativamente com a Embaixada em Vilnius, de 2010 a 2013.

O diplomata indicado, ao longo de sua carreira, fez jus a diversas condecorações, entre as quais, a Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador, do Brasil; a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, do Brasil; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil; e a Grã-Cruz da Ordem de Dannerborg, da Dinamarca.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa, em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Atualmente é integrada pelos nove países lusófonos – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na origem da CPLP está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os órgãos decisórios da CPLP são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos; a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente; e o Comitê de Concertação Permanente (CCP), integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP e reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP é rotativa com mandato de dois anos e é ocupada pelo país que tiver hospedado a última Conferência. Timor-Leste assumiu a presidência por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Díli, em 23 de julho de 2014, sucedendo Moçambique (2012-2014) e Angola (2010-2012).

Em 2016, será a vez de o Brasil sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumindo, pela segunda vez a Presidência da CPLP.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Ele conta hoje com cerca de 30 funcionários. Desse total, cinco são funcionários de governos dos Estados membros cedidos à CPLP.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento. A primeira é o orçamento de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados membros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013, o maior contribuinte isolado) estabelecida para os orçamentos de 2015 e de 2016 é de 768 mil euros por ano, o que representa 30,37% do atual orçamento da Comunidade. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.

No plano político, o da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planejamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP.

A África de língua portuguesa oferece, ademais, ao Brasil a oportunidade de instalar pontes de contato com várias regiões da África. O diálogo mais estreito propiciado pela CPLP, em seus múltiplos níveis, envolvendo um número francamente crescente de interlocutores, em variados campos, cria ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros nesses países. Pode igualmente redundar, como tem acontecido, no fortalecimento da posição negociadora dos países do Hemisfério Sul. Esse diálogo tem também ajudado o Brasil a conseguir votos para os cargos para os quais tem apresentado candidatos no sistema das Nações Unidas.

Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 - Fax (61) 3303-6714
sergiopetecao@senador.gov.br



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, em relação à cooperação bilateral, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

No plano da promoção da língua portuguesa, a CPLP logrou realizar em 2010 e 2013 duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, havendo uma terceira conferência prevista para acontecer em Timor-Leste em 2016.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar materialidade aos planos estratégicos mais adotados.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO

MISSÃO JUNTO À COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EMBAIXADOR JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

Registro profundo agradecimento a meus superiores pela honra e confiança com que fui distinguido na nomeação e no exercício do cargo, assim como meu sincero reconhecimento pela inestimável cooperação recebida de toda a equipe da Missão nos quase dois anos até agora transcorridos de minha gestão.

A representação junto a um organismo internacional como a CPLP significa, pela própria natureza do trabalho, que as múltiplas ações realizadas pelo Brasil não podem ser creditadas apenas, e muitas vezes sequer prioritariamente, à Missão, pois decorrem, na vasta maioria dos casos, de conjugação de esforços entre vários órgãos brasileiros e dependem essencialmente de entendimentos com os outros Estados-Membros.

Esse aspecto, talvez aplicáveis à diplomacia multilateral de forma genérica, são particularmente notáveis no caso da CPLP, que pauta as deliberações de seus órgãos decisórios pela regra do consenso e que envolve as mais diferentes instituições dos Estados – partícipes, por exemplo, na Assembleia Parlamentar e em numerosos foros de coordenação setorial, como as “reuniões ministeriais” em diversas áreas.

À Missão competiu garantir, no período, o encaminhamento diplomático das posições, propostas e iniciativas brasileiras nas instâncias decisórias da CPLP, quer pela atuação direta no Comitê de Concertação Permanente, formado pelos Representantes Permanentes junto à Organização; quer pela negociação da documentação preparatória e assessoria prestada pelo titular do posto às autoridades nacionais nas reuniões do Conselho de Ministros (Chanceleres) e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Díli, em julho de 2014; quer pela interlocução diária com o Secretariado Executivo e as representações dos demais Estados-Membros; quer pela participação de diplomatas da Missão em reuniões de grupos de trabalho e encontros técnicos em Lisboa.

Nos termos de suas atribuições, a Missão prestou, assim, contribuição ora direta, ora em apoio a outros órgãos brasileiros, entre os quais diferentes Ministérios, para as ações protagonizadas pelo País ou encaminhadas, com seu endosso, no âmbito da CPLP desde janeiro de 2014.

Este relatório divide-se em seis partes. As três primeiras dedicam-se a assinalar desdobramentos relevantes que se verificaram na CPLP no período 2014/15 conforme seus objetivos estatutários, chamados “três pilares” de atividade - a concertação político-diplomática, a cooperação “em todos os domínios” e a promoção da língua portuguesa -, apontando, em cada caso, ações de destaque do Brasil. A quarta seção arrola iniciativas da Missão para promoção da cultura brasileira. A quinta parte registra as principais dificuldades encontradas na gestão do Posto, e a última contém sugestões para o próximo chefe da Missão.

I - CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

Em matéria de concertação político-diplomática, ressalto, no período, os seguintes pontos:

(a) Presidência rotativa da CPLP

Em visita à sede da CPLP, no dia 21 de abril de 2015, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, anunciou o interesse do Brasil em sediar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (julho de 2016), o que implica assumir a Presidência rotativa da Comunidade no biênio 2016-2018. A oferta brasileira, aplaudida na ocasião pelos Estados-Membros, foi formalizada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, durante a XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Díli, 24 de julho de 2015), e aprovada também com aplauso de aclamação.

Caberá, portanto, ao Brasil sediar e organizar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo e presidir a Comunidade, inclusive as reuniões do Conselho de Ministros, no biênio que se inicia em julho de 2016. O Representante Permanente do Brasil junto à CPLP assumirá a coordenação das atividades do Comitê de Concertação Permanente, cujas reuniões têm frequência mínima mensal, e diplomatas da Missão ficarão encarregados da coordenação de reuniões de grupos de trabalho no seio do Secretariado.

A Presidência Pro Tempore acarreta várias outras responsabilidades para o país. O Estado-Membro que ocupa a Presidência rotativa da Comunidade é encarregado também da coordenação, organização e recepção da maioria das reuniões ministeriais setoriais da CPLP, assim como de reuniões técnicas a elas vinculadas. Os Regimentos Internos das reuniões ministeriais, aprovados pelos representantes das respectivas Pastas em encontros de alto nível, definem as obrigações da Presidência Pro Tempore da Comunidade no que respeita, em cada caso específico, à reunião setorial. De periodicidade geralmente bienal, numerosas reuniões ministeriais e reuniões técnicas conexas têm sido organizadas e sediadas por Timor-Leste, atual Presidente rotativo (por exemplo, Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, Reunião dos Ministros do Turismo, Reunião dos Ministros do Interior e Administração Interna).

Desde logo, já se impõe para o Brasil uma obrigação advinda da futura Presidência rotativa da Comunidade: a participação em "Secretariados Técnicos Permanentes (STP)" de reuniões ministeriais setoriais. O STP é, tradicionalmente, formado por três Estados-Membros: aquele que detém a Presidência; aquele que a deteve no mandato imediatamente anterior; e aquele que a deterá. Os Secretariados Técnicos Permanentes são foros constituídos por representantes dos Ministérios ou instituições competentes pelos respectivos temas, incumbidos do monitoramento e do seguimento das decisões tomadas nas reuniões durante os intervalos entre as mesmas. Ademais, cabe aos STP, no período anterior à realização de uma reunião ministerial setorial, consolidar e preparar os documentos de trabalho, elaborar agendas e programações, manter contato entre os Estados-Membros e organizar física e logicamente os encontros.

(b) A questão da Guiné-Bissau

A evolução dos acontecimentos políticos na Guiné-Bissau tem ocupado parte expressiva da agenda da Comunidade. Após o golpe de Estado no país, em abril de 2012, a Guiné-Bissau deixou de tomar parte na CPLP, de que é membro fundador. A retomada da normalidade política, no seguimento das eleições de maio de 2014, permitiu o retorno do país às atividades da Organização. O então Primeiro-Ministro eleito, Domingos Simões Pereira (ex-Secretário Executivo da CPLP), visitou a sede da Organização em Lisboa em junho de 2014 e participou da Cúpula de Díli, em julho do mesmo ano. Desde então, a Guiné-Bissau tem-se feito representar com regularidade nas reuniões dos órgãos da Comunidade.

A CPLP estabeleceu Representante Especial em Bissau, e a execução da medida contou com decisivo apoio do Brasil. O primeiro Enviado Especial da Comunidade, o brasileiro Carlos Moura, foi acolhido na estrutura da Embaixada do Brasil em Bissau, permitindo a viabilidade da presença da CPLP. O Enviado Especial que sucedeu ao Dr. Moura, o cabo-verdiano António Alves Lopes, atua no país desde outubro de 2014 até hoje.

No contexto da realização de mesa-redonda de doadores para a Guiné-Bissau (Bruxelas, 25/03/2015), o Brasil teve a iniciativa de propor a criação de rubrica no Fundo Especial da CPLP, intitulada “Cooperação da CPLP com a Guiné-Bissau”, que tem por objetivo apoiar projetos em áreas prioritárias identificadas pelo país. A rubrica conta com aporte inicial de quase 270 mil euros de recursos livres do Fundo Especial da CPLP. O Brasil contribuiu para a rubrica com recursos adicionais no montante de 160 mil euros.

A crise política iniciada em agosto de 2015, no bojo da qual o Presidente José Mário Vaz acabou por demitir o governo do Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, demandou novos esforços de concertação da Comunidade. A questão já havia sido examinada na XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, ainda antes do ápice da crise, e voltou a ser analisada pelos Chanceleres em Encontro Informal à margem da 70a. Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Foram realizadas duas reuniões extraordinárias do Comitê de Concertação Permanente (CCP), em Lisboa, para tratamento exclusivo do tema. A Organização emitiu um Comunicado (11/09/2015), elaborado pelo CCP, saudando a continuidade do normal funcionamento das instituições do país. Há a perspectiva de realização de uma missão de acompanhamento à Guiné-Bissau, integrada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste e pelo Secretário Executivo da CPLP.

(c) Admissão da Guiné Equatorial como Estado-Membro

Quando assumi o Posto, em janeiro de 2014, a posição do governo brasileiro favorável à admissão da Guiné Equatorial como nono Estado-Membro da Comunidade (em lugar de sua condição de Estado Associado) já estava há muito definida no mais alto nível e expressa publicamente. Em fevereiro daquele ano, na XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada em Maputo, o único EM que ainda não havia concordado com a admissão, Portugal, indicou sua anuência. A Guiné Equatorial foi admitida em julho de 2014, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Díli. A plena integração da GE à Comunidade constitui um desafio que

tende a demandar tempo, a começar pelo processo de incorporação do patrimônio histórico e jurídico comum da Organização.

(d) Admissão de Observadores Associados e Consultivos

Na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Díli, em julho de 2014, foram admitidos quatro novos Observadores Associados à Comunidade: Japão, Turquia, Namíbia e Geórgia (além dos já existentes, Senegal e Ilhas Maurício). Outros pedidos de admissão encontram-se em negociação. Houve admissões de diversas entidades representativas da sociedade civil de Estados-Membros na categoria de Observador Consultivo.

(e) Missões de Observação Eleitoral

O Brasil apoiou com observadores e recursos financeiros as Missões de Observação Eleitoral da CPLP às eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau (abril e maio de 2014), Moçambique (outubro de 2014) e São Tomé e Príncipe (outubro de 2014). O processo eleitoral na Guiné-Bissau, que marcou o período de transição do golpe para a normalidade política, mereceu acompanhamento in loco, como observador, do então Subsecretário-Geral de Política III do MRE.

(f) VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP

O Brasil circulou convites para a realização da VI Reunião da Assembleia Parlamentar, a ter lugar em Brasília, em abril de 2016. A Presidência atual da Assembleia Parlamentar é exercida por Angola, país onde também funciona seu Secretariado Técnico Permanente.

(g) Debate sobre "nova visão estratégica" da CPLP

O Secretário Executivo lançou processo de reflexão e negociação de uma “nova visão estratégica” da CPLP, que possa servir de marco a seus trabalhos na próxima década. O Brasil tem participado ativamente do debate. Foi elaborado, na Missão do Brasil junto à CPLP, o projeto de texto que resultou em Resolução da Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Díli, em 2014, no sentido de criar um grupo de trabalho sobre a matéria, formado por representantes das missões dos Estados-Membros. Também coube à Missão do Brasil formular projeto de Resolução, aprovado em julho de 2015 pela XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, a propósito da elaboração dos termos finais do relatório do grupo de trabalho e do projeto de declaração a serem discutidos na próxima reunião extraordinária do Conselho de Ministros, cuja data de realização proposta (acolhida pelo Brasil) é 17 de março de 2016, em Lisboa.

No âmbito do debate sobre a "nova visão estratégica" da Organização, a Missão do Brasil tem atuado, tanto nas reuniões no Comitê de Concertação Permanente, como nas reuniões do grupo de trabalho, para identificação consensual entre os Estados-Membros de áreas que mereçam reforço da atuação comunitária na próxima década, ao mesmo tempo em que tem defendido a preservação dos princípios e diretrizes que regem a Comunidade. No entendimento do governo brasileiro, esses princípios e objetivos têm assegurado à CPLP uma história marcada por êxitos, de que são exemplos

a concertação político-diplomática, as diversas atividades de cooperação e o crescente reconhecimento internacional, atestado, por exemplo, pelo interesse de países e entidades na adesão à Comunidade na categoria de Observadores Associados e Consultivos.

(h) Reuniões do Conselho de Ministros e Cúpula

Desde que assumi a Missão junto à CPLP, realizaram-se as seguintes reuniões do Conselho de Ministros e de Cúpula: XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, em Maputo, em fevereiro de 2014; XIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Díli, em julho de 2014; X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em julho de 2014; XIII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, em Bissau, em outubro de 2014; XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Díli, em julho de 2015. Nesta última reunião, o Chanceler Mauro Vieira chefiou a delegação brasileira; em todas as demais reuniões, a chefia coube ao então Subsecretário-Geral de Política III do MRE, Embaixador Paulo Cordeiro. Tocou-me comparecer, como assessor do chefe da delegação brasileira, e negociar previamente no Comitê de Concertação Permanente/CCP, com os Representantes dos demais Estados-Membros, a documentação de base de todas essas reuniões, salvo o caso da XIII Reunião Extraordinária do CM, em Bissau.

(i) Apoio a candidaturas brasileiras

A Missão logrou articular, especialmente em reuniões do CCP, o endosso da Comunidade, afirmado na Cúpula de Díli de 2014 e na Reunião do Conselho de Ministros de julho de 2015, também em Díli, a importantes candidaturas brasileiras, entre as quais a reeleição do Doutor José Graziano como Diretor-Geral da FAO. O encaminhamento da reeleição do Doutor Graziano teve início com o endosso da CPLP na Cúpula de 2014, ainda antes da própria formalização da candidatura. Foram endossadas também, entre várias outras, a postulação de candidato brasileiro ao Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar e as candidaturas do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), mandato 2015-2017, e ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2017-2019. Os documentos emanados da Cúpula de 2014 e das Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros de 2014 e 2015 reiteram o apoio da CPLP à integração do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, assim como à pretensão da África de estar representada no Conselho na mesma categoria.

II - COOPERAÇÃO

O "pilar" de cooperação na CPLP pode ser dividido em duas áreas: a cooperação "em sentido lato", que abrange a coordenação das instituições públicas dos Estados-Membros competentes pelos diversos setores de atuação do Governo (entre os quais se incluem Saúde, Educação, Cultura, Justiça, Defesa, Ciência e Tecnologia, Ambiente, Comércio, Assuntos do Mar, Agricultura e Segurança Alimentar, etc.), e a cooperação "em sentido restrito", ou seja, a cooperação técnica intracomunitária, essencialmente custeada pelo Fundo Especial da CPLP, mediante aportes financeiros dos Estados-Membros.

No período de 2014/2015, teve continuidade a tendência da CPLP a ampliar o leque de áreas de atuação e a plasmar a concertação de posições, ou cooperação "lato sensu", em documentos estratégicos para orientação das atividades.

Em junho de 2015, realizaram-se, em Portugal (Cascais e Estoril), a I Reunião de Ministros da Energia da CPLP e a I Conferência "Energia para o Desenvolvimento da CPLP". A energia somou-se, assim, às numerosas áreas de atividade previamente exploradas como novo e importante vetor de cooperação comunitária.

Quanto aos documentos orientadores, foram aprovados o Plano de Ação sobre Igualdade de Gênero da CPLP (2014-2016), pela III Reunião Ordinária das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero (Maputo, fevereiro de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP, pela VI Reunião Ordinária dos Ministros do Ambiente (Maputo, abril de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respectivo Plano de Ação, pela VIII Reunião de Ministros da Cultura (Maputo, abril de 2014); o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e respectivo Plano de Ação, pela VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Maputo, abril de 2014); e o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP, pela I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação (Díli, abril de 2015). Acrescente-se que a III Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP (Maputo, fevereiro de 2014) adotou Resolução sobre a continuidade do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS/CPLP) até 2016.

Outro desdobramento relevante consistiu na assinatura, por ocasião da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, iniciativa em grande parte impulsionada pelos órgãos competentes do Brasil. A Convenção foi então assinada pelos representantes do Brasil, Portugal, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O representante da Guiné-Bissau, cujo Chanceler não pôde comparecer à reunião, indicou que estaria disposto a firmar o instrumento e só deixava de fazê-lo por não possuir carta de plenos poderes.

Fora do âmbito governamental, também conheceu significativo desenvolvimento no período a cooperação empresarial, estimulada pela "Confederação Empresarial da CPLP", que promoveu encontros de negócios e missões a Estados-Membros. Da interação facilitada pela Confederação nasceram a "União de Exportadores da CPLP" e a "União de Bancos e Seguradoras da CPLP"; a "União de Bancos", diferentemente da de "Exportadores", teve o cuidado de solicitar a anuência do Comitê de Concertação Permanente para o uso da sigla "CPLP".

Quanto à cooperação técnica intracomunitária, todos os projetos e ações financiados pelo Fundo Especial da CPLP devem ser examinados pela "Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC)", que é, estatutariamente, um dos órgãos auxiliares da Comunidade. A Agência Brasileira de Cooperação e a Coordenadoria-Geral da CPLP, do MRE, representam o Brasil na RPFC. Os representantes brasileiros têm participado ativamente das discussões e contribuído para a definição de políticas, metodologias e estratégias sobre o tema, a exemplo dos Planos Indicativos de Cooperação (PIC), além do aprimoramento dos processos de prestação de contas e de provimento de relatórios financeiros, de modo a torná-los mais adequados às necessidades dos Estados-Membros.

O Brasil é, tradicionalmente, protagonista de iniciativas de cooperação intracomunitária de grande relevo, entre as quais sobressaem, no período 2014/2015, os projetos relativos à "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", ao "Programa CPLP Audiovisual", e ao "Fortalecimento da Capacidade para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência". Destacam-se, igualmente, as ações de cooperação brasileiras em apoio à execução de medidas concertadas na área de Saúde, compatíveis com o "PECS - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP", e em respaldo à implementação da "ESAN - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP". Resume-se, a seguir, a cooperação brasileira nessas vertentes:

(a) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)

Essa iniciativa de cooperação, coordenada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com sede em Redenção/CE, tem por objetivo construir uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP, capaz de promover o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos. O valor total do projeto é de € 2.280.000,00; até o momento foi transferido ao Fundo Especial da CPLP o valor de € 1.376.299,81.

A 1^a Reunião Técnica Internacional da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior teve lugar em maio de 2014, em Fortaleza, e propiciou um debate qualificado entre representantes de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, promovendo adesão política para gerar propostas concretas de funcionamento da Rede em 2014 e 2015. Estimulou, ainda, a reflexão sobre ações e temas prioritários das suas agendas, no contexto da internacionalização do ensino superior.

Em dezembro de 2014, realizou-se, na sede da CPLP, a 2^a Reunião Técnica Internacional dos Pontos Focais da RIPES. Essa reunião teve como objetivo ampliar e reforçar o diálogo entre a UNILAB, os reitores de universidades dos PALOPs e de Timor-Leste e demais autoridades. A Reunião Técnica estabeleceu cinco propostas para discussão conjunta, com o objetivo de partilhar e planejar as seguintes ações estratégicas: 1º Seminário Internacional da RIPES; 1º Edital de Mobilidade Docente da RIPES; proposta para iniciar a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no âmbito da RIPES; proposta do Projeto Editorial da Revista Científica Indexada Digital da RIPES; e proposta para a publicação de uma Coletânea de Livros Sobre o Estado da Arte da Educação Superior nos PALOP e Timor-Leste.

(b) Programa CPLP Audiovisual

Proposto pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o Instituto do Cinema e do Audiovisual de Portugal (ICA), como ação afeta ao Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (PECC), o Programa CPLP Audiovisual foi apresentado pela Missão do Brasil aos Estados-Membros na 176^a Reunião do CCP (7/10/2014) e aprovado em 19/10/2014.

O Programa está subdividido em três vertentes: DOCTV, de produção de documentários televisivos; FICTV, de produção de telefilmes adaptados de obras

literárias; e "Nossa Língua", de intercâmbio de conteúdo de TV aberta. Para sua implementação, realizou-se aporte de recursos oriundos do MinC, no valor de sete milhões de reais, ao Fundo Especial da CPLP. Junto com aporte do ICA, perfaz-se o total necessário para o início das atividades do Programa, em dezembro de 2014.

Durante a IV Reunião de Pontos Focais da Cultura (17 e 18/11/2015), foi realizada avaliação do grau de execução das ações prioritárias no primeiro biênio do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP. Constatou-se que o Programa CPLP Audiovisual foi a única ação que teve recursos consignados pelos Estados-Membros e se encontra em andamento conforme sua planilha de execução.

(c) Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP

A Instituição Executora Nacional do projeto é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como parceiras instituições voltadas para a temática nos Estados-Membros, sejam órgãos governamentais, sejam organizações da Sociedade Civil. O projeto almeja fortalecer a capacidade institucional com vistas à formulação e execução de políticas nacionais para promoção dos direitos da pessoa com deficiência, capacitando agentes públicos e representantes da sociedade para promover os direitos das pessoas com deficiência e desenvolver estratégias de inclusão desse segmento nas políticas sociais do Estado. Os repasses de recursos ao Fundo Especial da CPLP destinados ao projeto somaram € 213.839.

O projeto encontra-se em plena execução. Até o momento foram realizadas as seguintes ações, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe:

- em novembro de 2014, primeira missão de prospecção em Moçambique, a qual contou com a autoridade máxima nacional, responsável pelo tema, o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; em maio de 2015, capacitação a agentes da sociedade civil e governamentais responsáveis pelas ações e implementação das políticas voltadas a pessoas com deficiência. Ao todo, foram capacitados 40 multiplicadores moçambicanos; e

- em junho de 2015, missões de prospecção a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para organização de oficinas de capacitação, as quais ocorreram no período de 30 de agosto a 15 de setembro nos dois países.

(d) Apoio à cooperação em matéria de saúde/PECS

Uma das mais bem-sucedidas estratégias da Comunidade é a do PECS (Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP), aprovado pela II reunião dos Ministros da Saúde em maio de 2009. O Brasil (MS) aportou ao PECS US\$ 200.000,00, além de financiar diretamente, por meio de mecanismos próprios, várias das ações prioritárias do Plano. Segundo avaliação técnica, o Programa foi considerado exitoso e, como acima assinalado, foi decidida, em 2014, sua continuidade até 2016. O Ministério da Saúde e a FIOCRUZ, Pontos Focais brasileiros que respondem pelo plano, continuam a implementar ações que lhes foram atribuídas, prescindindo do financiamento do Fundo Especial.

Na 67^a Assembleia Mundial da Saúde, o Brasil participou de encontro paralelo entre os Ministros da Saúde da CPLP, durante o qual se discutiu, entre outros temas, o fomento de Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (RIDES). Na ocasião, o Brasil anunciou uma doação de US\$ 100.000 para cada uma das Redes Temáticas sob sua responsabilidade; VIH-SIDA, Malária e Tuberculose do PECS. As três redes possuem atividades previstas para o período de 2015/2016, que estão sendo custeadas com o apoio financeiro do Brasil. Em abril de 2015 já foi realizada reunião da RIDES Malária em Lisboa, com o objetivo de discutir o projeto de pré-eliminação e elaboração de plano estratégico de colaboração e de ações futuras da Rede. No que respeita à RIDES Tuberculose, está programada ainda para 2015 capacitação em gestão da tuberculose - ações de vigilância e manejo clínico para gestores dos Programas de Controle da Tuberculose que atuam nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Quanto à RIDES VIH-SIDA, a programação de 2015 inclui pesquisa conjunta, mediante indicação de pontos de contato técnicos e agenda de visitas aos Estados-Membros, sobre o diagnóstico situacional da Transmissão Vertical nos países de Língua Portuguesa, tendo em vista as altas prevalências das ITS/VIH/SIDA.

(e) Apoio à execução da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP/ESAN

A título de fortalecimento da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, especialmente dos mecanismos de participação da sociedade civil, o governo brasileiro realizou, em dezembro de 2014, aportes de recursos no valor de € 74.789,65 mil ao Fundo Especial da CPLP e de US\$ 155 mil à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O Brasil respaldou a formação do Mecanismo de Facilitação da Participação Parlamentar no Conselho de Segurança Alimentar da CPLP (CONSAN), em cujo escopo se realizou o seminário “O papel dos parlamentares na promoção do direito humano à alimentação adequada nos países na CPLP”, em Brasília, no Congresso Nacional, em julho de 2015.

Contou igualmente com suporte brasileiro o estabelecimento do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho, mediante a realização de levantamento do estado da arte da Agricultura Familiar nos países da Comunidade e de repositório sobre políticas públicas e iniciativas exitosas, com vistas à elaboração de recomendações e de diretrizes para o aperfeiçoamento de políticas correlatas.

Representantes brasileiros participaram da recente Reunião do CONSAN (25 de novembro corrente), em Díli.

Foi lançada, em 2014, a Campanha da CPLP “Juntos Contra a Fome”, que integra a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional/ESAN e tem sido levada adiante pelo Secretariado Executivo da Organização, com a cooperação dos Estados-Membros, em atividades voltadas à obtenção de fundos a serem revertidos em projetos de cooperação em países da Comunidade. A Missão do Brasil atuou na articulação de doação de obras de artistas brasileiros para a exposição “Artistas Unidos Contra a Fome” e na facilitação de contatos com empresas brasileiras para o patrocínio das

“Corridas Contra a Fome” (primeira edição em novembro de 2014 e a segunda a ter lugar ainda no corrente mês de novembro).

III - PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No que respeita ao terceiro e último objetivo estatutário, ou "pilar", da CPLP - a promoção e difusão da Língua Portuguesa -, parecem-me merecer especial referência, no período de minha chefia da Missão, os seguintes itens:

(a) Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa já está em vigor, além do Brasil, em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Em Portugal encerrou-se o "período de transição" entre ortografias: apesar de continuar a sofrer resistência de setores da opinião pública interna, a ortografia do Acordo é a única em vigor no país desde 13 de maio de 2015. Embora Angola continue a manifestar reservas em relação ao Acordo - e, nesse sentido, tenha buscado levantar o tema em Reuniões de Ministros da Cultura e da Educação da CPLP - vêm avançando, como se anotará adiante, os trabalhos de elaboração, com o apoio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP, de Vocabulários Ortográficos Nacionais conforme o AOLP.

Como se sabe, o Brasil incorporou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa à sua ordem legal em 2008, por meio do Decreto 6583; suas regras já estão em vigor no território nacional, sendo largamente utilizadas nos órgãos públicos, nas escolas, na imprensa e pelas indústrias culturais. Em 1º de janeiro de 2016, as regras do AOLP passarão a constituir a única ortografia vigente no Brasil.

(b) Plano de Ação de Lisboa

O Plano de Ação de Lisboa, emanado da Segunda Conferência da CPLP sobre a Língua Portuguesa, de outubro de 2013, foi aprovado pela XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (Maputo, fevereiro de 2014) e adotado pela X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Díli, julho de 2014). Com enfoque no português como língua de inovação e de conhecimento científico e na importância da Língua Portuguesa nas economias criativas, o Plano de Ação de Lisboa define, juntamente com o Plano de Ação de Brasília, aprovado na Primeira Conferência sobre a Língua Portuguesa, em 2010, as estratégias globais para a promoção e difusão do idioma. Anoto que a Missão, ainda chefiada por meu predecessor, cooperou substancialmente para a negociação do Plano de Ação de Lisboa por ocasião da Conferência de 2013. Permito-me registrar que, antes de assumir a Missão, pude buscar contribuir para a elaboração tanto do Plano de Ação de Lisboa quanto do Plano de Ação de Brasília, pois fui distinguido com a chefia da delegação brasileira nas Conferências de 2010 e 2013.

(c) Instituição da Comissão Nacional do Brasil para o IILP

A Comissão Nacional do Brasil para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (CNIILP), criada por meio da Portaria Interministerial nº12/2013, realizou sua reunião inaugural em abril de 2014, tendo como Coordenador-Geral o Professor

Carlos Alberto Faraco (apontado pelos Ministérios da Cultura, Educação e Relações Exteriores).

A CNIILP é composta por representantes do MRE, do MEC, do MinC, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como por seis "especialistas em língua portuguesa" indicados pelos três Ministérios referidos. A Comissão Nacional do Brasil para o IILP tem acompanhado, com atenção, a etapa final de adoção no País do Acordo Ortográfico.

No biênio 2014/2015 o Brasil vem buscando aprofundar sua relação com o IILP, pela participação ativa da Comissão Nacional em seus trabalhos. A Diretora-Executiva do IILP efetuou visita oficial ao Brasil, em outubro de 2015, tendo sido recebida, entre várias outras autoridades, pelo Secretário-Executivo da CNIILP.

(d) Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE)

De acordo com mandato recebido do Plano de Ação de Brasília (2010), o IILP estabeleceu o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), plataforma “on-line” que tem como objetivo central oferecer à comunidade de professores e interessados em geral recursos e materiais para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira.

De grande relevância no atual momento de demanda aquecida para o aprendizado do português como língua estrangeira e de necessidade crescente de materiais didáticos voltados para essa finalidade, o PPLE coloca à disposição materiais produzidos pelos Estados-Membros da CPLP, com exposições e lições acerca da língua e da realidade de cada um desses países, democratizando o ensino e divulgando a diversidade que o idioma apresenta. A produção e gestão multilateral dos recursos didáticos promove, igualmente, o reforço do envolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e de Timor-Leste no desenvolvimento de políticas públicas para a difusão da língua portuguesa.

(e) Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)

Também mediante mandato que lhe foi conferido pelo Plano de Ação de Brasília, o IILP exerce importante função na implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: compilação do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) com base nos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VONs).

O Brasil e Portugal foram os primeiros países a contribuir para o VOC, por meio do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, organizado pela Academia Brasileira de Letras, e do Vocabulário Ortográfico Português. Outros países da Comunidade estão, igualmente, elaborando seus Vocabulários Ortográficos Nacionais, cujas entradas vêm sendo inseridas na base digital comum do VOC. Destacam-se Moçambique e Timor-Leste, que concluíram o processo de elaboração em 2014.

(f) Curso de Português para Diplomatas Africanos

Tendo como ponto de partida sugestão apresentada pelo Grupo de Embaixadores dos Países da CPLP em Brasília, com base em demanda identificada junto ao Grupo de Embaixadores Africanos, o Brasil coordena a oferta estruturada de cursos de português para diplomatas africanos não-lusófonos credenciados na capital brasileira. O projeto, entre outros pontos positivos, permite valorizar a língua portuguesa como idioma de trabalho nas atividades diplomáticas.

A implementação do projeto, cuja segunda edição foi aprovada na 181^a Reunião Ordinária do CCP, em 2015, operacionaliza-se por recursos tornados disponíveis no Fundo Especial. As aulas e material didático ficam a cargo da instituição parceira no Brasil, o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, vinculado à UnB.

IV - INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

Nos anos de 2014/2015, a Missão do Brasil junto à CPLP levou a cabo variadas atividades de promoção da cultura e da realidade brasileiras, entre as quais se incluíram:

- (a) Apoio à realização do V Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa – FESTin, em Lisboa (2 a 9/4/2014);
- (b) Promoção, em maio de 2014, de exibições do espetáculo teatral “Chico em Pessoa”, no contexto da comemoração, em 5 de maio, do “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP”;
- (c) Palestra do Professor Domício Proença Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, intitulada “A presença africana no português brasileiro”, na sede da CPLP (24/3/2015);
- (d) Apoio à realização do VI Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa – FESTin, em Lisboa (8 a 15/4/2015);
- (e) Apoio institucional para a participação de artistas brasileiros na Exposição Coletiva de Artes Plásticas de Países de Língua Portuguesa, em Lisboa (4 a 31/5/2015);
- (f) Articulação da participação de artistas visuais brasileiros na exposição “Artistas unidos contra a fome”, organizada pelo Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa (14 a 31/5/2015);
- (g) Participação do Professor Dr. Antonio Carlos Secchin, poeta, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), no V Encontro de Escritores Lusófonos (19 a 21/5/2015), atividade integrante da V Bienal de Culturas Lusófonas, que celebrou também o “Dia a Língua Portuguesa e da Cultura dos Países da CPLP”;
- (h) Promoção de apresentações musicais brasileiras no âmbito da V Bienal de Culturas Lusófonas, em Lisboa (4 e 5/6/2015), e no IV Festival Conexão Lusófona (18/9/2015), também em Lisboa, neste último caso de particular interesse para alcance dos jovens da diáspora de língua portuguesa residentes na cidade;

(i) Apoio à participação brasileira, por meio de grupo de capoeira, na 83^a edição das “Marchas Populares de Lisboa”, no âmbito do “Agrupamento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa” (12/6/2015); e

(j) Apoio à apresentação do espetáculo infantil “Como nasceram as estrelas – Tocado, Falado e Riscado”, tendo como base o livro “Como nasceram as estrelas – doze lendas brasileiras”, de Clarice Lispector (5/11/2015).

V - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

As principais dificuldades encontradas no período constituíram a impossibilidade de comparecimento de autoridades brasileiras, inclusive especialistas em áreas setoriais, a reuniões da CPLP; o atraso de meio ano no pagamento da contribuição brasileira de 2013 ao funcionamento do Secretariado; e as dívidas ainda pendentes na contribuição do Brasil ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa. A propósito, cabem os seguintes comentários:

(a) Representação em reuniões

A ausência de autoridades e especialistas brasileiros em reuniões da Comunidade costuma ser ressentida pelos outros Estados-Membros, sobretudo pela importância do Brasil para a atuação conjunta nas diversas vertentes de cooperação comunitária. A representação em reuniões ministeriais setoriais, ou em reuniões técnicas a elas vinculadas, por meio de diplomatas da Missão junto à CPLP em Lisboa ou da Embaixada brasileira no país em que o encontro se realize, é, independentemente dos méritos do representante e das instruções que receba, necessariamente limitada pela inconveniência de tomar decisões em nome de outras Pastas ministeriais, para implementação destas.

A título de exemplos em 2015, não se pôde assegurar a participação de representantes dos respectivos Ministérios nas Reuniões de Ministros de Energia (em que me competiu a representação), de Ministros de Turismo, de Ministros de Interior e Administração Interna (em que coube à Embaixada em Díli a representação), de Pontos Focais de Cultura, de Pontos Focais de Comércio (representação de diplomatas da Missão).

(b) Pagamento atrasado da contribuição de 2013 ao funcionamento do Secretariado

Por ocasião de minha chegada ao Posto, em fins de janeiro de 2014, o Brasil estava em dívida, desde o início do ano, na sua contribuição de 2013 para o funcionamento do Secretariado da CPLP, cujo pagamento veio a ser realizado às vésperas da Cúpula de governantes de Díli, em julho. Apesar de ter sido atraso de poucos meses, a relevância da contribuição brasileira criou, no período, situação constrangedora para a Missão perante os demais Estados-Membros e o corpo de funcionários do Secretariado.

(c) Dívida frente ao IILP

O Brasil deve suas contribuições financeiras ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP desde 2011. Os aportes devidos, referentes aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, já chegaram ao montante de € 297.168,61. Em 31 de dezembro de 2015, se esgotará o prazo para pagamento da parcela referente ao presente exercício financeiro, no valor de € 74.280,04.

A interrupção do pagamento decorreu de impedimento jurídico arguido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, o qual já foi superado. O MPOG entendia inexistir base legal para o pagamento ao IILP, por falta de internalização (promulgação) das modificações estatutárias pelas quais se passara a prever aquela obrigação. O obstáculo jurídico foi superado pela promulgação no Brasil dos Estatutos da CPLP de 2007, mediante Decreto 8.339, de 14 de novembro de 2014.

A dívida brasileira permanece, contudo, por saldar. Essa situação gera cobranças continuadas por parte dos outros Estados-Membros da CPLP, com grande prejuízo político. A suspensão do pagamento coloca o Brasil em posição delicada, especialmente porque tem constituído um dos principais fatores que inibem o funcionamento do IILP (a contribuição corresponde a aproximadamente 30% do orçamento do Instituto).

A questão torna-se ainda mais premente em função da iminência de assunção, pelo Brasil, da presidência de turno da CPLP e do entendimento generalizado que se observa, nos debates em curso sobre "nova visão estratégica" da Comunidade, de valorização do IILP e superação de seus problemas orçamentários.

VI - SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

Em atenção às instruções da circlet 98005, e tendo em conta as observações precedentes, sugiro ao próximo Chefe da Missão junto à CPLP conceder especial atenção aos seguintes pontos:

(a) a necessidade da mais ampla participação possível de representantes das áreas especializadas do governo em todas as reuniões da CPLP que dizem respeito a seus campos de atuação (reuniões ministeriais setoriais, reuniões técnicas de pontos focais, reuniões dos Secretariados Técnicos Permanentes);

(b) a realização, no Brasil, em 2016, presumivelmente em julho, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo e da XXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que marcarão a assunção pelo País da Presidência rotativa da CPLP;

(c) a responsabilidade que o Brasil terá, como Presidente rotativo da Comunidade no biênio 2016-2018, de sediar, organizar e presidir a uma série de reuniões ministeriais setoriais e encontros técnicos a elas conexos, conforme estipulado no Regimento Interno de cada foro;

(d) ainda antes da assunção pelo Brasil da Presidência pro tempore da Comunidade, a obrigação de participação de representantes brasileiros nos encontros de Secretariados Técnicos Permanentes/STP das reuniões ministeriais setoriais, pois são mecanismos integrados por "troika" que inclui a próxima presidência, destinados a

assegurar o seguimento das decisões da reunião ministerial anterior e a preparação da seguinte;

(e) a imperiosidade de pagamento tempestivo das contribuições anuais do Brasil para o funcionamento do Secretariado da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa/IILP, tendo em vista a projeção do País no âmbito da Comunidade e o peso que, embora modestas em termos absolutos, têm suas contribuições regulares para o orçamento das duas instituições. Alimento a expectativa de que a dívida acumulada com o IILP seja saldada em breve, portanto ainda antes de meu sucessor assumir a chefia da Missão, pois já foi superado o obstáculo jurídico que dificultava ou impedia o pagamento;

(f) a conveniência, caso possível, de indicação de servidor brasileiro para prestar serviço no Secretariado Executivo, conforme interesse manifestado pelo próprio Secretariado e prática já observada no passado. Creio que a cessão poderá ser especialmente útil para uma atuação eficaz da Missão na organização das diversas atividades inerentes à presidência pro tempore da Comunidade; e

(g) a continuidade da promoção, pela Missão, na medida das disponibilidades orçamentárias, de programa voltado para a difusão da cultura brasileira na sede da Organização ou em conjunto com os demais países da Comunidade, em particular a associação à celebração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura dos Países da CPLP (5 de maio).



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 80, de 2015

(Nº 475/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00489/2015 MRE

Brasília, 3 de Novembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO

CPF.: 434.795.457-34

ID.: 6462 MRE

1950 Filho de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa de Barros Carvalho e Mello Mourão, nasce em 18 de agosto, em Ipueiras/CE

Dados Acadêmicos:

1981	CAD - IRBR
1991	CAE - IRBR, A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil

Cargos:

1976	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1983	Primeiro-Secretário, por merecimento
1988	Conselheiro, por merecimento
1993	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1976-78	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
1978-81	Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1979	XIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Oleaginosas da FAO, Roma, Chefe de delegação
1979	XIV Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras da FAO, Roma, Chefe de delegação
1979	VII Sessão do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar da FAO, Roma, Chefe de delegação
1981-83	Embaixada em Argel, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1983-87	Embaixada em Londres, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1987-90	Instituto Rio Branco, Coordenador de Ensino, substituto, Coordenador de Ensino, e Diretor, substituto
1990-93	Embaixada em Londres, Conselheiro
1993-96	Embaixada em Assunção, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
1996-2001	Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001-04	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2004-05	Secretaria-Geral, Assessor Especial
2004	Embaixada em Porto Príncipe, Enviado Especial para assuntos da MINUSTAH em missão transitória
2005-06	Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor
2006-10	Departamento do México, América Central e Caribe, Diretor
2010-13	Embaixada em Copenhague, Embaixador
2010-13	Embaixada em Vilnius, cumulativa, Embaixador
2013-	Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Condecorações:

- 2005 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2006 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grã-Cruz

Publicações:

- 1996 A Revolução de 1817 e a História do Brasil, Editora Itatiaia, Belo Horizonte

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
CPLP



**Informação Ostensiva para o Senado Federal
Novembro de 2015**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros:	Nove (9) Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
Observadores Associados:	República de Maurício (desde 2006); Senegal (desde 2008); Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia (desde 2014).
Fundação:	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil:	1996 (membro fundador)
Sede:	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgãos:	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias:	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros
Secretário Executivo	Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique), desde julho de 2012.
Diretora-Geral:	Georgina de Mello (Cabo Verde), desde fevereiro de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Murade Isaac Miguigy Murargy
Secretário Executivo da CPLP

Moçambicano. Nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para Assuntos Jurídicos e Consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com *status* de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Apontado pelo Governo de Moçambique como candidato a Secretário-Executivo da CPLP, por um período de dois anos, renováveis por mais dois, o Embaixador Murargy teve sua indicação referendada pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 20 de julho de 2012, em Maputo, e foi reconduzido ao cargo, até julho de 2016, pela X Conferência, celebrada em Dili, em 23 de julho de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Georgina Benrós de Mello
Diretora-Geral da CPLP

Nasceu em Cabo Verde. É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Seu percurso acadêmico inclui, ainda, estudos de pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos, além de mestrado em Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

Trabalhou como economista em Cabo Verde e em Timor-Leste, com experiência nos setores público e privado. Fez parte, por exemplo, do Conselho de Administração da Transportadora Aérea Cabo-Verdiana. Em Timor-Leste, foi responsável pela instalação da agência de promoção do investimento e das exportações, de que foi a primeira diretora executiva.

Publicou artigos em revistas especializadas e jornais em Cabo Verde e Portugal, e é coautora do Guia do Exportador para o Mercado da União Europeia.

Antes de ingressar na CPLP, exercia as funções de Coordenadora da Unidade Nacional de Implementação do Programa Quadro Integrado Reforçado da Organização Mundial do Comércio em Cabo Verde, a cargo do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, o que a levou a debruçar-se, nos últimos anos, sobre temas como desenvolvimento do comércio, do investimento, do setor privado e suas conexões com as cadeias globais de valor.

É Diretora-Geral da CPLP desde 3 de fevereiro de 2014, tendo sido aprovada em concurso público internacional, para cumprir mandato de três anos, renováveis por igual período.

INFORMAÇÕES GERAIS

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é a base sobre a qual se constrói a Comunidade, formada por Estados membros que compartilham também laços históricos, étnicos e culturais. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que formam os pilares sobre os quais se desenvolve sua atuação: a concertação política e diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa (São Luís, novembro de 1989), de iniciativa do então Presidente da República José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Praia, Cabo Verde (o IILP foi, em 2005, integrado formalmente à Organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa).

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP). Integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP, o CCP reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O Estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e Governo assume a presidência da Comunidade pelo período subsequente. Timor-Leste assumiu a presidência por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Díli, em 23 de julho de 2014, sucedendo Moçambique (2012-2014) e Angola (2010-2012). Em 2016, será a vez de o Brasil sediar a XI

Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumindo, pela segunda vez, a Presidência da CPLP (a primeira ocorreu no biênio 2002-2004).

O país que ocupa a Presidência rotativa preside as reuniões dos três órgãos deliberativos: Conferência, Conselho de Ministros e Conselho de Concertação Permanente. Em todas as instâncias deliberativas, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. O Secretariado tem como funções principais implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos e assegurar a execução dos programas de cooperação. É comandado pelo Secretário Executivo, secundado pela Diretora-Geral. O cargo de Diretor-Geral foi criado em 2008. Até então, o Secretário Executivo era secundado por Secretário Adjunto.

A nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os Estados membros (por ordem alfabética de país), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de Diretor-Geral é resultante de concurso público internacional. Desde 2012, o cargo de Secretário Executivo é ocupado pelo moçambicano Murade Isaac Miriguy Murargy, que teve, em 2014, seu mandato renovado até 2016. Pelo critério alfabético previsto nos Estatutos da Comunidade, o atual Secretário Executivo deverá ser sucedido por um nacional português. A atual Diretora-Geral, Georgina Benrós de Mello, natural de Cabo Verde, assumiu suas funções em fevereiro de 2014, sucedendo Helder Vaz Lopes, cidadão da Guiné-Bissau.

O Secretariado Executivo conta ainda com uma Diretoria de Cooperação, ocupada hoje pelo português Manuel Clarete Lapão, e com uma Diretoria de Ação Cultural e Língua Portuguesa, sem titular nesse momento. Encontra-se em processo de criação uma nova Diretoria de Finanças.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 30 funcionários (esse número tem apresentado alguma variação ao longo do tempo). Desse total, cinco são funcionários de governos dos Estados membros, cedidos à CPLP. Não há nenhum brasileiro nos quadros do Secretariado. O Brasil teve, até 2012, oficiais de chancelaria e diplomatas cedidos ao Secretariado Executivo.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento, previstas em seus estatutos. A primeira é o orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados membros. O valor anual do orçamento, bem como das contribuições de cada Estado membro, é definido por resolução do Conselho de Ministros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013 o maior contribuinte isolado) estabelecida para os orçamentos de 2015 e de 2016 é de 768 mil euros por ano, o que representa 30,37% do atual orçamento da Comunidade. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.

A partir de 2002, passaram a fazer parte da estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

Constituída legalmente em 2007, também como órgão integrante da Organização, a Assembleia Parlamentar da CPLP foi instalada em 2009. Ela substitui o Foro Parlamentar da CPLP, instituído para fomentar os contatos entre os legislativos dos Estados membros. Em abril de 2015, ao encerrar reunião dos presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar, em Luanda, a Vice-Presidenta da Assembleia Nacional de Angola declarou que a capital angolana sediará o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar.

A V Assembleia Parlamentar da CPLP ocorreu em Díli, em maio de 2014, sob o lema "Os Parlamentos na Afirmação da CPLP".

A próxima reunião da Assembleia Parlamentar deverá acontecer no Brasil, em data a ser ainda definida.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP (mais de quarenta organizações contam com esse *status*).

Desde 2010, o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, adotado pela Cúpula de Luanda, estabelece critérios mais definidos de concessão, manutenção e funcionamento da categoria de observador associado no seio comunitário, em particular o empenho do Estado pleiteante na promoção e difusão da língua portuguesa. Para tanto, estabeleceram-se, como requisitos da candidatura, entre outros, a apresentação, pelo país candidato, de um plano de atividades indicativo da parceria que tenciona estabelecer com a

Comunidade, bem como de um plano de ação específico em prol da língua portuguesa.

Atualmente, são países "observadores associados" Maurício, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia. Antes de tornar-se Estado membro da CPLP, a Guiné Equatorial teve o *status* de Estado observador associado, no período entre 2006 e 2014.

Outros países que já manifestaram interesse em estreitar relações com a CPLP são Austrália, Áustria, Indonésia, Luxemburgo, Peru e Ucrânia.

Encaminharam solicitações formais para serem admitidos como observadores associados os seguintes países: Marrocos, Suazilândia e, ainda este ano, Israel (fevereiro de 2015) e Uruguai (julho de 2015).

A ação política e diplomática da CPLP desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os Estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os Estados membros, seja ainda em concertação com terceiros Estados ou organismos.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os “Grupos CPLP”, formados pelos Representantes Permanentes e Embaixadores dos Estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo.

A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste e momentos posteriores de crise e instabilidade política na Guiné-Bissau e Timor-Leste. Exemplo mais recente dessa concertação política e diplomática é o acompanhamento, por parte da CPLP, da situação na Guiné-Bissau desde o golpe de Estado de abril de 2012 até a restauração da ordem institucional, em 2014, e seus desdobramentos mais recentes.

A CPLP busca estimular maior coordenação entre seus Estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus Membros a organismos internacionais. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, uma candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, antes mesmo que o nome do Doutor José Graziano da Silva fosse definido. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura de José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015.

A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de Estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos

comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas.

A presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais tem-se revelado muito importante para alguns Estados membros.

Além de contribuir financeiramente com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as 24 Missões de Observação Eleitoral da Comunidade desde que elas foram instauradas, tendo sido as mais recentes a Missão às eleições em Moçambique e São Tomé e Príncipe, no segundo semestre de 2014. As Missões de Observação Eleitoral constituem importante instrumento para fornecer avaliações objetivas sobre os processos eleitorais e, em última instância, contribuir para o desenvolvimento institucional em bases democráticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste.

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o *status* de organismo observador à CPLP.

Desde 2005, a Assembleia Geral da ONU adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em julho de 2015. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidos para a Alimentação e a Agricultura (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje um número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos para a cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

No plano da promoção da língua portuguesa, a CPLP logrou realizar recentemente, em 2010 e 2013, duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, havendo uma terceira conferência prevista para acontecer em 2016, em Timor-Leste.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, antecedam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado

internacional do qual fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

O Brasil incorporou o Acordo Ortográfico ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto nº 6.583, após aprovação do texto do Acordo pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 2012, o Decreto nº 7.875/2012 estendeu para dezembro de 2015 o limite para a adoção do Acordo. O adiamento foi realizado com vistas à harmonização do prazo brasileiro com os dos demais países membros da CPLP.

Em maio de 2015, o Acordo Ortográfico tornou-se a única norma ortográfica vigente em Portugal.

Criado em 1989 e incorporado à arquitetura institucional da CPLP em 2005, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é um órgão voltado para a promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, de educação, de informação e de acesso ao conhecimento científico e como meio de comunicação oficial em fóruns internacionais. Sua atual Diretora-Executiva é a Professora Marisa Guião Mendonça, de Moçambique, escolhida mediante o princípio da rotatividade para o cargo. A Professora Mendonça sucedeu o Professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, que dirigiu o IILP entre 2010 e 2014.

Cabe ao IILP também a tarefa de incentivar a busca das metas que integram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, emanados das duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Outra importante iniciativa do IILP é a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), previsto no Acordo Ortográfico, que logrou unir numa só plataforma todas as bases léxico-ortográficas do Brasil e de Portugal. Os demais países estão elaborando vocabulários ortográficos nacionais, com destaque para Moçambique e Timor-Leste, que concluíram o processo de elaboração em 2014.

Por meio da Portaria Interministerial nº12, de 15 de agosto de 2013, foi criada a Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (CNIILP). Essa comissão é composta por membros dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), além de especialistas apontados pelos três Ministérios mencionados. Compete à CNIILP coordenar-se com a Diretora-Executiva do IILP na implementação de projetos e na elaboração de relatórios de progresso das atividades executadas pelo Instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar materialidade aos planos estratégicos já adotados.

Além disso, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Nesse sentido, vem sendo discutida uma "Nova Visão Estratégica" para a CPLP, proposta do Secretário Executivo, que deverá ser submetida à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade em sua próxima Cúpula, no Brasil, em 2016.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como fundamento a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então Presidente José Sarney.

Alguns anos depois, em 1993, o Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do Presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa. O Embaixador José Aparecido e o Embaixador Celso Amorim, na ocasião Ministro das Relações Exteriores, tiveram atuação fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

Desde a constituição da Comunidade, o Brasil tem sido, junto com Portugal, o maior contribuinte ao orçamento regular da organização. Desde 2013, tornou-se o maior contribuinte isolado, com uma contribuição anual da ordem de 768 mil euros. No que se refere às contribuições voluntárias ao Fundo Especial da CPLP, o Brasil tem sido também um dos países que mais aportou recursos, ao lado de Portugal. As contribuições totais do Brasil ao Fundo Especial desde sua regulamentação, em 2000, são da ordem de 22 milhões de dólares.

O Brasil contribuiu com recursos financeiros e humanos para todas as Missões de Observação Eleitoral realizadas no âmbito da CPLP. Em 2012, a Missão de Observação às eleições presidenciais em Timor-Leste foi presidida pelo brasileiro Carlos Alves de Moura.

O Brasil ocupou a Secretaria Executiva da CPLP no período de 2000 a 2004, com a Senhora Dulce Maria Pereira, primeira e única mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e com o Embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre 2010 e 2014, na pessoa do Professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a Presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004, e voltará a exercê-la de 2016 a 2018.

Foi o primeiro Estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, dedicada exclusivamente à Comunidade.

Entre as inúmeras iniciativas e atividades da CPLP na qual o Brasil exerceu protagonismo, é possível destacar: o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV; a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, celebrada em Brasília, em março de 2010; o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, realizado em Brasília, em setembro de 2011.

Entre os programas e projetos de cooperação atualmente em curso com participação ativa do Brasil, destacam-se:

- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), projeto executado e financiado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca promover e implementar ações de voltadas para o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros da Comunidade;

- Projeto Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP, financiado e executado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

- Programa CPLP Audiovisual, cujas ações visam à capacitação, coprodução e teledifusão de conteúdos audiovisuais, a partir de um modelo de operação em rede, por meio da qual, de forma simultânea, cada Estado membro participante coproduz obras audiovisuais e assegura a teledifusão das mesmas por meio de emissoras públicas de televisão. O Programa conta com financiamento do Ministério da Cultura brasileiro.

Finalmente, cabe ressaltar a assinatura, em 24 de julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, fruto de iniciativa liderada pelo então Ministério da Previdência Social do Brasil. A convenção é um passo fundamental para a proteção dos trabalhadores que migram entre os países da comunidade de língua portuguesa, já que possibilitará computar o tempo trabalhado nos países que são parte do acordo e garantir seus benefícios. Com ele, o tempo de contribuição em um ou mais países é considerado como tempo de contribuição no Brasil e nos países acordantes, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de

	Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a Presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – Primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha <i>status</i> oficial de observadora na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 01 de agosto. Brasil assume a Presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP. José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2004	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho. São Tomé e Príncipe assume a Presidência rotativa da CPLP. Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2005	O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.
2006	VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho. Guiné-Bissau assume a Presidência rotativa da CPLP. Guiné Equatorial e República de Maurício são admitidas como Observadores Associados da CPLP. O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.
2007	A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.

2008	<p>VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho.</p> <p>Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Senegal é admitido como Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP.</p> <p>Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.</p>
2009	<p>Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP.</p> <p>Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 5 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.</p>
2010	<p>VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho.</p> <p>Angola assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília.</p> <p>O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação.</p> <p>A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).</p> <p>A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP.</p> <p>Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.</p>
2011	<p>I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro.</p> <p>O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.</p>
2012	<p>CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa.</p> <p>IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho.</p>

	<p>Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP. Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP. O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Aprovada a mais recente atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.</p>
2013	<p>II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa.</p> <p>CPLP apoia em bloco a candidatura do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).</p>
2014	<p>X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho.</p> <p>Timor-Leste assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP.</p> <p>A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP.</p> <p>Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.</p> <p>A Professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho.</p> <p>Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.</p>
2015	<p>Inaugurada a Representação Permanente da CPLP em Díli. Trata-se da primeira representação permanente da CPLP em um de seus Estados membros.</p> <p>Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro.</p> <p>Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o Vice-Presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.</p>

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007
7. Novos Estatutos da CPLP	20/07/2012
8. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IILP	22/07/2011
9. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008
10. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007
11. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002
12. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração	30/07/2002
13. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002
14. Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	30/07/2002
15. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002
16. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000

17. Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
18. Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
19. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
20. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	26/09/1986
22. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986
23. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 11 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Exelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL